



**UNIVERSIDADE 11 DE NOVEMBRO
FACULDADE DE ECONOMIA
DEPARTAMENTO DE ENSINO E INVESTGAÇÃO EM ECONOMIA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E O SEU CONTRIBUTO NA MELHORIA DA
QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DO BUCO – ZAU,
CASO: PROGRAMA KWENDA**

**TRABALHO DE FIM DO CURSO APRESENTADO PARA A OBTENÇÃO DO
GRAU DE LICENCIATURA EM ECONOMIA**

ELABORADO POR: EDUARDO BAPTISTA BUTI

CABINDA, AGOSTO DE 2024

**UNIVERSIDADE 11 DE NOVEMBRO
FACULDADE DE ECONOMIA
DEPARTAMENTO DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO EM ECONOMIA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E O SEU CONTRIBUTO NA MELHORIA DA
QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BUCO – ZAU,
CASO: PROGRAMA KWENDA**

**TRABALHO DE FIM DO CURSO APRESENTADO À FACULDADE DE
ECONOMIA, COMO PARTE DAS EXIGÊNCIAS DO CURSO DE
LICENCIATURA EM ECONOMIA, PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE
LICENCIADO**

ELABORADO POR: EDUARDO BAPTISTA BUTI

ORIENTADOR: ANTÓNIO FILIPE PANZO CABECHE - MSc

CABINDA, AGOSTO DE 2024

Nº de Registo do Trabalho _____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, pelo apoio moral e financeiro prestado ao longo da minha formação.

AGRADECIMENTOS

À Deus Pai Todo-Poderoso, por me ter concedido a vida, pela graça e bênção na qual tem derramado incansavelmente no meu ser;

Em especial os meus pais, Eduardo Matias Buiti e Juliana Lembe Baptista, à minha família com destaque aos Srs. José Buiti, Cristina Puati, Alda Baptista, José Neto, Gilson Luemba e ao Gelce Pombal pelo todo apoio moral, atenção e incentivo académico durante a licenciatura e a vida inteira, sempre na expectativa visíveis de um dia ver o filho licenciado;

O meu agradecimento estendo aos meus amigos, colegas por terem contribuído directa e indirectamente, com destaque aos Srs. Estêvão Mango, Francisco Valor, Domingos Borges, Januário Chincócolo, Josué João, Tacamaro Luemba, João Barros, Marta Barros, Tomás Madingo, Rui Balamba, Paulino Júnior, Esmeraldo Yoba, Arsénio Luís e ao Lino Meigah, por me terem incentivado a prosseguir com a formação.

Ao meu Digníssimo Tutor António Filipe Panzo Cabeche – MSc, pela excelente orientação e incentivo que me tem prestado desde o momento que os nossos caminhos se cruzaram;

Agradeço à Direcção da Faculdade de Economia da UON, à coordenação do Departamento de Ensino e Investigação em Economia, ao corpo docente, colegas de licenciatura e trabalhadores administrativos, pelo contributo cedido ao longo do curso;

Direciono ainda o meu agradecimento ao Instituto de Desenvolvimento Local, no ente do Sr. Daniel Mujinga e aos técnicos do departamento provincial, pela excelente recepção e colaboração na cedência de informações que foram extremamente úteis para a execução do presente trabalho;

A todos o meu muito obrigado.

ÍNDICE

LISTA DE TABELAS	V
LISTA DE QUADROS	VI
LISTA DE GRÁFICOS	VII
LISTA DE ABREVIATURAS	VIII
RESUMO	IX
ABSTRACT	X
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
1.1. Abordagem das Políticas Públicas.....	8
1.1.1 Conceito das Políticas Públicas	9
1.1.2. Tipologia das Políticas Públicas	10
1.1.3. Políticas Públicas e a Melhoria da Qualidade de Vida	12
1.2. Desenvolvimento Económico.....	13
1.2.1. Teorias de Desenvolvimento Económico	14
1.2.2. Factores que Influenciam o Desenvolvimento	16
1.2.3. Medidas do Desenvolvimento Económico	17
1.2.4. Desenvolvimento Local.....	18
1.2.4.1. Desenvolvimento a Partir de Baixo	19
1.2.4.2. A Estratégia e os Agentes do Desenvolvimento em Pequenos Territórios	21
1.3. Papel das Políticas Públicas Sociais no Desenvolvimento Económico.....	25
1.4. Experiências dos Países na Implementação das Políticas Públicas Sociais	27
CAPÍTULO II: POLÍTICAS PÚBLICAS E O SEU CONTRIBUTO NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO NO MUNICÍPIO DO BUCO – ZAU	30
2.1. Caracterização do Município de Buco-Zau	30
2.1.1. Contexto Local e a Sua Cultura	30

2.1.2. Economia Local	32
2.1.3. Potencialidades Locais	33
2.1.4. Mercado de Trabalho e Produção Interna.....	33
2.1.5. Situação Económica e Social do Município	34
2.1.5.1. Situação Económica	34
2.1.5.2. Situação Social	36
2.1.6. Dificuldades Vividas pelos Municípes	38
2.2. Descrição do Programa Kwenda	39
2.2.1. Programa Kwenda no Município de Buco – Zau	41
2.2.2. Análise de Dados e Interpretação dos Resultados	42
2.3. Contributo do Programa Kwenda na Melhoria da Qualidade de Vida da População do Município de Buco-Zau.....	49
CONCLUSÃO	51
SUGESTÕES	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
APÊNDICES	
ANEXOS	

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição dos Beneficiários por Género e Faixa Etária.....	44
Tabela 3: Agregado Familiar.....	45
Tabela 4: Dúvidas sobre o Kwenda.....	46
Tabela 5: Como os Beneficiários Utilizaram Dinheiro.....	48
Tabela 6: Rendimento.....	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Composição da População e Amostra.....	6
Quadro 2: Produção Interna do Município de Buco-Zau.....	35

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Nível Académico.....	44
Gráfico 2: Canal de Divulgação do Kwenda.....	45
Gráfico 3: Situação Financeira Antes das Transferências.....	46
Gráfico 4: Forma de Pagamento.....	47
Gráfico 5: Avaliação da Satisfação.....	47
Gráfico 6: Decisão sobre uso de Dinheiro.....	48
Gráfico 7: Poupança dos Beneficiários	49
Gráfico 8: Negócio dos Beneficiários.....	49
Gráfico 9: Satisfação Geral.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS

ADMBZ – Administração Municipal de Buco-Zau

ATM – Automatic Teller Machines

EDA – Estação de Desenvolvimento Agrário

ETA – Empresa de Tratamento de Água

CSU – Cadastro Social Único

FAS – Fundo de Apoio Social

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IP – Inclusão Produtiva

INE – Instituto Nacional de Estatística

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

MAS – Municipalização da Acção Social

OMT/NU – Organização Mundial do Turismo

TSM – Transferências Sociais Monetárias

RESUMO

A presente investigação com o tema “**Políticas Públicas e o seu Contributo na Melhoria da Qualidade de Vida da População no Município do Buco-Zau, Caso: Programa Kwenda**”, procurou responder a seguinte questão científica: “Como a Política Pública do Programa Kwenda Contribui na Melhoria da Qualidade de Vida da População no Município de Buco – Zau?”. Tendo em conta a realidade constatada a partir da pesquisa exploratória, assume-se como hipótese que as políticas públicas do programa kwenda contribuem na melhoria da qualidade de vida da população do município de Buco-Zau por meio do aumento do poder de compra, criação de pequenos negócios, diminuição da pobreza. Definiu-se como objectivo geral: Analisar o contributo das transferências sociais monetárias do programa kwenda na melhoria da qualidade da população do município de Buco-Zau. Para concretização dos objectivos preconizados nesta pesquisa foi utilizado o método hipotético-dedutivo e, como técnicas de recolha de dados, utilizou-se a entrevista semi-estruturada, observação não participante, questionário e análise documental. Apesar dos munícipes viverem ainda muitas dificuldades de ordem económica e social, o programa kwenda, na sua componente de transferências sociais monetárias, tem sim contribuído na redução da pobreza e vulnerabilidade, por permitir que os beneficiários através do rendimento recebido aumentarem o seu poder de compra correspondendo 82,3%, e criarem poupança e abrirem os seus negócios com um percentual de 53,2% e, suprir as necessidades básica.

Palavras Chave: Desenvolvimento Económico e Local, Programa Kwenda, Protecção Social, Políticas Públicas; Melhoria da Qualidade de Vida.

ABSTRACT

This research on the topic of "Public Policies and their Contribution to Improve the Quality of life of the Population in the Municipality of Buco-Zau, Case: Kwenda Program", sought to answer the following scientific question: "How the public policy of the kwenda program contributes to improving the quality of life of the population in the municipality of buco-zau?". Taking into account the reality found from the exploratory research, it is assumed as a hypothesis that the social monetary transfers of the kwenda program contribute to the improvement of the quality of life of the population of the municipality of Buco-Zau through the increase of purchasing power, creation of small businesses, reduction of poverty. The general objective was to: To analyze the contribution of the social monetary transfers of the kwenda program in improving the quality of the population of the municipality of Buco-Zau. To achieve the objectives recommended in this research, the hypothetical-deductive method was used and, as data collection techniques, semi-structured interviews, non-participant observation, questionnaires and document analysis were used. Although the citizens still experience many economic and social difficulties, the kwenda program, in its component of social monetary transfers, has contributed to the reduction of poverty and vulnerability, by allowing the beneficiaries through the income received to increase their purchasing power corresponding to 82.3%, and create savings and open their businesses with a percentage of 53.2% and meet basic needs.

Key words: Economic and Local Development, Kwenda Program, Social Protection and Public Policies; Improving Quality of Life.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a busca pela redução da fome, pobreza e melhoria da qualidade de vida tem sido uma prioridade em diversos países ao redor do mundo, sobretudo nos países do terceiro mundo. A criação de sistemas nacionais de protecção social adoptados por vários países ao redor do mundo, resulta da acção pública que visa resguardar a sociedade dos efeitos dos riscos clássicos que produzem dependência e insegurança: doenças, velhice, invalidez, desemprego e exclusão. Também tem sido reconhecido o papel dos sistemas de protecção social no desenvolvimento económico, inclusive como factor de estabilidade para países com sistemas mais aperfeiçoados, (DUARTE, MARCELINO & BOCCOLINI, 2017).

As políticas de protecção social estão intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento local. Ao promover o desenvolvimento local, busca-se melhorar as condições de vida das pessoas em uma determinada região, o que inclui garantir acesso a serviços de protecção social. Isso envolve implementar políticas e programas que visam oferecer suporte e assistência a indivíduos e famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade, como programa de transferências de renda, acesso à saúde, educação e moradia, além disso o desenvolvimento local inclui acções que fortalecem a protecção social, garantindo que todos tenham condições dignas de vida e oportunidades para se desenvolverem plenamente.

Nos últimos anos, o país tem adoptado algumas políticas públicas de protecção social que visam melhorar a distribuição do rendimento nacional tendo como finalidade a redução da pobreza, a promoção do desenvolvimento social e a coesão social do País. Outra dimensão desta política visa a melhoria das condições de vida de grupos vulneráveis específicos, através da sua valorização, empoderamento e emancipação de situações de fragilidade, (PLANO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL, 2018, P.124).

O Programa kwenda como uma das políticas de protecção social, na sua componente de Transferências Sociais Monetárias, tem como estratégia eficiente fornecer um suporte financeiro directo às populações mais vulneráveis, visando suprir suas necessidades básicas e promover seu desenvolvimento socioeconómico. No município de Buco-Zau, o programa Kwenda tem sido implementado com objectivo de combater a pobreza e promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais. Por meio das Transferências Sociais Monetárias, o programa atende as necessidades básicas das pessoas, como alimentação, saúde e educação, uma vez que os recursos financeiros injectados na comunidade são utilizados para o consumo de bens e serviços locais, estimulando o comércio e promovendo o crescimento económico sustentável da localidade.

Situação Problemática

O Programa Kwenda foi introduzido como uma estratégia do governo local para combater a pobreza e ajudar as famílias a melhorar a sua situação económica. Uma das principais componentes do programa é a transferência de recursos financeiros, sendo que, a implementação das transferências sociais monetárias tenha sido celebrada como um potencial contributo para a melhoria da qualidade de vida das populações de baixa renda, apesar disso, constata-se que o Município de Buco-Zau, ainda é evidente que a pobreza e a vulnerabilidade social afectam significativamente a qualidade de vida das populações locais. Famílias inteiras lutam para atender as suas necessidades básicas, enfrentando dificuldades financeiras constantes e geralmente incapazes de sair dessa condição por conta própria. Diante do exposto acima questiona-se: **Como a Política Pública do Programa Kwenda Contribui na Melhoria da Qualidade de Vida da População no Município de Buco – Zau?**

Hipótese

Partindo de uma pesquisa exploratória admite-se como hipótese que as Políticas Públicas voltadas ao Programa Kwenda Contribuem na Melhoria da Qualidade de Vida das Populações do Município de Buco-Zau por meio de aumento do poder de compra, criação de pequenos negócios, diminuição da pobreza.

Objectivo Geral

Estudar o contributo da Política Pública do Programa Kwenda na melhoria da qualidade de vida da população do município de Buco Zau.

Específicos

- Fazer um levantamento do referencial teórico sobre o tema em estudo;
- Caracterizar o Município de Buco – Zau;
- Analisar o Programa Kwenda nas suas variadas componentes;
- Identificar o contributo das TSM na melhoria da qualidade de vida no Município Buco Zau.

Limites e Delimitação do Tema

O limite concerne a extensão e a complexidade do tema, isto é, a dimensão lógica do objecto de conhecimento. A delimitação caracteriza o espaço e o tempo que diz respeito ao objecto em questão, (TAMO, 2012, P.24).

Este trabalho limita-se em estudar o Contributo das políticas públicas do Programa Kwenda e Delimita-se no Município de Buco-Zau no período compreendido de 2021 à 2023.

Justificativa da Escolha do Tema

O estudo das políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a redução da pobreza e a melhoria da qualidade de vida, é fundamental para compreender a eficácia e os impactos dessas intervenções sociais. O programa kwenda implementado com objectivo de combater a pobreza e melhorar a situação económica das famílias em situação de vulnerabilidade no município do Buco-Zau, oferece uma oportunidade única para analisar a aplicação prática dessas políticas. A importância desta pesquisa reside na sua capacidade de fornecer uma análise aprofundada do impacto das transferências financeiras do programa. Compreender como essas políticas estão contribuindo ou não para a melhoria das condições de vida das famílias é essencial para ajustar estratégias, otimizar recursos e garantir que as políticas cumpram seu papel de forma efectiva.

METODOLOGIA

1. Métodos

Os métodos (ou estratégias de pesquisa) constituem conjuntos de operações intelectuais visando a implementação de um ou vários objectos utilizando técnicas de recolha de materiais; o método é uma reflexão, intelectual indicando o que fazer, (TAMO 2012, P. 130).

Assim, nesta pesquisa será necessário utilizar os seguintes métodos de abordagem:

Método Hipotético – Dedutivo: inicia-se com um problema ou uma lacuna no conhecimento científico, passando pela formulação de hipóteses e por um processo de inferência dedutiva, o qual testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela referida hipótese, (PRODANOV e FREITAS, 2013, P. 37).

A utilização deste método permitiu a identificação do problema, do qual vai se formar uma hipótese e proceder-se a sua verificação. Por outra também vai permitir o delineamento dos objectivos da presente pesquisa que serão desdobrados do geral para os específicos.

Método Estatístico: Este método se fundamenta na aplicação da teoria estatística da probabilidade e constitui importante auxílio para a investigação em ciências sociais, (PRODANOV e FREITAS, 2013, P. 38).

Possuindo carácter hídrico, a estatística é considerada, lato sensu, como um método. Os procedimentos estatísticos permitem a exploração, descrição e a inferência dos fenómenos sociais sob forma quantitativa, (TAMO, 2012, P.135).

O método estatístico permitiu analisar os dados e interpretar os resultados que foram obtidos mediante ao questionário a ser aplicada.

2. Tipo de Pesquisa

Para Prodanov e Freitas, (2013, P.23), tendo em conta o carácter científico da pesquisa, todo trabalho de investigação requer a apresentação dos tipos de pesquisa para dar qualidade ao mesmo, ela é a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exacta de toda a acção a ser desenvolvida no trabalho. Neste caso adoptou-se os seguintes tipos de pesquisas:

Pesquisa Exploratória

A pesquisa exploratória, designada por alguns autores como pesquisa quase científica ou não científica, é normalmente o passo inicial no processo de pesquisa pela experiência e um auxílio que traz a formulação de hipóteses significativas para posteriores pesquisas. A pesquisa exploratória não requer a elaboração de hipóteses a serem testadas no trabalho, restringindo-se a definir objectivos e buscar mais informações sobre determinado assunto de estudo. Tais estudos têm por objectivo familiarizar-se com o fenómeno ou obter uma nova percepção dele e descobrir novas ideias, (CERVO, BERVIAN, & SILVA, 2007, P. 16).

Esta pesquisa permitiu proporcionar mais informações sobre o tema em estudo, levantamento bibliográfico e documental em artigos científicos, livros virtuais e físicos, revistas e sites devidamente autorizados e fidedignos, facilitando o levantamento do problema, delimitação do tema, fixação dos objectivos e a formulação das hipóteses, dando assim uma visão geral do projecto.

Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é a que se efectua tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimento a partir do emprego predominante de informações advindas de material gráfico, sonoro e informatizado.

Para realizar uma pesquisa bibliográfica, é fundamental que o pesquisador faça um levantamento dos temas e tipos de abordagens já trabalhados por outros estudiosos, assimilando os conceitos e explorando os aspectos já publicados. Neste sentido, é relevante levantar e selecionar conhecimentos já catalogados em bibliotecas, editoras, internet e videotecas, (BARROS & LEHFELD, 2007, P. 29).

A utilização desta pesquisa, terá bastante importância na elaboração do trabalho, pois permitiu o levantamento de uma vasta consulta bibliográfica em livros direcionados a área de investimentos públicos de proteção social.

Pesquisa Descritiva

Consiste em descrever as características de determinadas populações ou fenômenos, ou estabelecimento de relações entre variáveis. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática, (PRODANOV e FREITAS, 2013, P. 55).

Permitiu descrever e caracterizar o Programa Kwenda nas suas 4 componentes a nível provincial, com maior relevância à componente de Transferências Sociais Monetárias de modo a se conhecer as estratégias e procedimentos adotados pela entidade implementadora.

3. Técnicas de Recolha de Dados

De acordo com Tamo, (2012, P. 19), as técnicas de recolha de dado são procedimentos que devem ser bem definidos e transmissíveis, susceptíveis de serem novamente aplicados nas mesmas condições adaptados ao tipo de problema e aos fenômenos em causa.

Entrevista Semi-Estruturada

Nesta modalidade de entrevista tem-se preparada as perguntas com alternativas pré-definidas e são combinadas com perguntas abertas, onde o entrevistado responde com liberdade. Nesta modalidade de entrevista é utilizado uma investigação de enfoque misto. O entrevistador pode dispor de um dia, mas tem a liberdade de mudar a ordem das perguntas ou de se aprofundar em algum tema de interesse da investigação, (PRODANOV e FREITAS, 2013, P.40).

Essa técnica permitiu recolher dados que foram utilizados em análise qualitativa, ou seja, os aspectos considerados mais relevantes de um problema de pesquisa.

Questionário

O questionário é o instrumento mais usado para o levantamento de informações. Não está restrito a uma quantidade de questões, porém aconselha – se que não seja muito exaustivo, para que não desanime o pesquisado. É entregue por escrito e também foi respondido por escrito. O questionário pode possuir perguntas ou abertas e ainda a combinação dos dois tipos, (BARROS & LEHFELD, 2007, P. 17).

Esta técnica permitiu colectar dados que possibilitaram medir com mais exatidão o que se desejou.

Observação não Participante

Na observação não participante, o observador entra em contacto com o grupo, a comunidade ou a realidade estudada, porém, não se envolve, nem se integra a ela; permanece de fora. O observador presencia o facto, mas não participa dele, (MARCONI & LAKATOS, 2007, P. 36).

Esta técnica permitiu contemplar as famílias do Município de Bucu – Zau, obtendo informações por meio das ocorrências.

Análise Documental

Consiste em saber esclarecer a especialidade e o campo de análise de conteúdo. Seria um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento de forma diferente. Trabalha com documentos e se faz, principalmente, por classificações-indexação. Seu objectivo consiste na rerepresentação condensada da informação, (MARCONI & LAKATOS, 2007, P. 48).

Est tipo de técnica permitiu analisar os documentos existentes sobre o tema em estudo como relatórios, jornais e tabelas estatísticas.

População

Como referiram Prodanov e Freitas, (2013, P. 19), população é o conjunto da totalidade dos indivíduos sobre o qual se faz uma inferência. Para os mesmos autores, a *amostra* é uma parte selecionada da população que será analisada de forma a representar a população que se pretende estudar.

Para o presente estudo, a população é composta pelo número de agregados familiares validados para o pagamento conforme ilustra a tabela abaixo:

Quadro 01: Composição da população e Amostra

População	Amostra		Total
	Género		
3.973	Masculino	Feminino	381
	45	336	

Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Amostra

Amostra é o subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população, (GIL, 2008, P.90).

Dado ao carácter numeroso do referido universo, é definida uma amostra estratificada, que integra 381 beneficiários dos quais 45 do género masculino e 336 do género feminino. Para o presente estudo utilizou-se amostra aleatória simples.

Estrutura do Trabalho

Com vista ao alcance dos objectivos preconizados, o trabalho está estruturado em 2 capítulos, para além da Introdução e das Conclusões. O primeiro capítulo é constituído pelo referencial teórico, onde é feita abordagens de diferentes autores sobre o tema em estudo.

O segundo capítulo focalizou-se na apresentação do contributo das políticas públicas voltadas ao programa kwenda, onde é analisada o Programa Kwenda nas variadas componentes e o Contributo do Programa Kwenda na melhoria da qualidade de vida da população.

CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. Abordagem das Políticas Públicas

As Políticas Públicas designam-se como estratégias, acções e decisões adoptadas pelo governo para abordar questões sociais, económicas e ambientais. Elas são elaboradas com objectivo de melhorar a qualidade de vida da população, intervindo em áreas como saúde, educação, segurança, assistência social, entre outras. Essas políticas são essenciais para promover a equidade, fornecer serviços públicos eficientes e enfrentar desafios colectivos, (FREY, 2000).

Segundo Lasswell, (1951), o objectivo de aprimorar a racionalidade do processo das políticas é o que faz com que as policy sciences sejam um campo específico do conhecimento. Portanto, a capacidade das políticas de atingirem seus objectivos e serem efectivas dependeria do grau com que seu desenho e sua implementação são orientados pelo conhecimento.

Antes de seguirmos para o estudo dos conceitos de políticas públicas, cabe uma explanação sobre os sentidos atribuídos à política. Em nossa língua, a palavra política é utilizada para designar diferentes coisas. Por isso, vamos recorrer à língua inglesa para demonstrar três acepções: polity, enfocando as instituições políticas; politics, os processos políticos; e policy, o conteúdo das políticas públicas, (FREY, 2000), apud ROSA (2021, p.12).

O conceito de polity tange ao aspecto institucional: às organizações e às regras do jogo que regem os processos políticos. Por exemplo: o parlamento, os partidos políticos, as organizações administrativas estatais (ministérios, secretarias, etc.).

O conceito de politics faz referência à actividade política, que é marcada pelo carácter conflituoso inerente à necessidade de tomar decisões sobre assuntos colectivos em contextos de pluralidade de actores. Tal diversidade é importante para garantir que diferentes vozes e ideias possam manifestar-se nas arenas de debate público e influenciar as decisões. São exemplos de actividade política: negociação, barganha e persuasão.

Já o conceito de policy refere-se às iniciativas de acção pública, isto é, dispositivos político-administrativos coordenados em torno de objectivos explícitos, (MULLER & SUREL, 2002, P.11).

1.1.1 Conceito das Políticas Públicas

Políticas Públicas é entendida como instrumentos técnico-políticos voltados ao enfrentamento de um dado problema social: algo que é considerado indesejável e que desperta uma acção em contrapartida, (ROSA at all, 2021, P.14).

Na mesma linha, Peters (2015) apud Rosa, (2021, p.13) define políticas públicas como o conjunto de actividades que os governos empreendem com finalidade de mudar sua economia e sociedade, ainda sublinha que uma política pública envolve um fluxo de decisões públicas orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrio destinados a modificar a realidade. Para ele, as políticas públicas podem ser consideradas estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório.

Estes conceitos baseiam-se no entendimento de que a função das políticas públicas seria promover transformações sociais. Tais ideias evidenciam a natureza *problem solving* das políticas. Uma decorrência do alinhamento a este tipo de definição é a necessidade de demonstrar a relação de causalidade entre a existência de determinado problema e a proposta de solução na forma de política pública.

Existe alguns conceitos que destacam o papel dos actores a partir de duas abordagens:

a) Abordagem Multicêntrica ou Policêntrica

A abordagem multicêntrica considera que grupos sociais e organizações sociais (ONGs, associações, redes etc.) podem fazer políticas públicas, em associação ou não com o Estado. Isso porque as caracteriza a partir de sua natureza *problem solving*: a política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. O interesse destes grupos e organizações no enfrentamento do problema deve-se à sua natureza colectiva: que afecta diversas populações de forma directa ou indirecta e é percebido como algo indesejável e que deve ser mudado por uma grande quantidade de pessoas. Logo, admite-se a existência de uma pluralidade de pessoas e de múltiplos centros decisórios em torno das iniciativas que buscam lidar com problemas sociais, SECCHI (2015, P.2) apud ROSA (2021, P.15).

b) Abordagem Estadocêntrica ou Estática

A abordagem estadocêntrica considera as políticas públicas, analiticamente, monopólio de actores estatais, o que determina se uma política é ou não pública é a personalidade jurídica do actor protagonista. A centralidade do Estado está relacionada: (a) ao monopólio do uso da força legítima; (b) ao seu papel de produtor de leis, o que abarca o poder de *enforcement*;

(c) ao seu papel de representante do interesse colectivo; (d) ao controle de importantes recursos sociais, garantindo-lhe os meios para criar e manter políticas. Vale ressaltar que abordagem estadocêntrica admite que grupos e organizações não estatais podem influenciar os processos das políticas públicas, mas eles não teriam centralidade, SECCHI (2015, P.2) apud ROSA (2021, P.15).

Em termos de operacionalização, as políticas podem tomar formas em diferentes níveis. No nível mais amplo, temos o plano da política pública. Nele é apresentada a estrutura da intervenção, os princípios que orientam a política, os objectivos e os meios para alcançá-los. Para que seja implementado, o plano deve ser desdobrado em programas, que são mais específicos e exibem algum recorte, sectorial, territorial, temático, etc. Cada programa, por sua vez, é decomposto em projectos, que constituem a menor unidade de acção, DRAIBE (2001, P.13) apud ROSA (2021, P.20).

1.1.2. Tipologia das Políticas Públicas

De forma sucinta, as políticas públicas são acções governamentais dirigidas a resolver determinadas necessidades públicas. Existem diferentes modelos ou tipologias desenvolvidas para facilitar o entendimento sobre como e por que o governo faz ou deixa de fazer alguma acção que repercutirá na vida dos cidadãos, (DIAS & MATOS, 2008, P.17).

As políticas públicas podem ser de diferentes tipos, como:

- Política Social: Saúde, Educação, Habitação, Previdência Social.
- Política Macroeconómica: Fiscal, Monetária, Cambial, Industrial.
- Política Administrativa: Democrática, Descentralização, Participação Social.
- Política Específica ou Sectorial: Meio Ambiente, Cultura, Agrária, Direitos Humanos etc.

No que se refere à natureza das políticas públicas, elas ainda podem ser agrupadas de acordo com as arenas decisórias, finalidades e o alcance das acções.

De acordo com a tipologia clássica de Theodore J. Lowi, também conhecida de **Tipologia de Lowi** ou teoria das arenas de poder, cada tipo de política pública define um tipo específico de relação (ou discussão) política, ou seja, uma arena. Neste sentido, a política pública determina a política; em outras palavras cada tipo de política pressupõe uma rede diferente de actores, bem como arenas e estruturas de decisões e contextos institucionais diferentes. Conceitualmente, as arenas de poder ou arenas decisórias podem ser divididas em quatro

tipos (regulatória, distributiva, redistributiva e constitutivas), de acordo com as coalizões ou oposição ao objecto da política que está em jogo, (DIAS & MATOS, 2008, P.17).

- **Política Regulatória**

Este tipo de política actua de forma a estabelecer padrões para actores privados e públicos. Ela é desenvolvida em grande parte em um ambiente pluralista predominante e para sua aprovação é necessária uma demonstração de força entre os actores. Este tipo de política envolve burocratas, políticos e grupos de interesses. A regulamentação de serviços de utilidade pública como energia e telecomunicações são exemplos de uma política pública regulatória, (ROSA at all, 2021, P.20).

- **Política Distributiva**

Uma de suas características pode ser a concentração de benefícios por algum grupo em detrimento de outros, ou seja, o governo distribui recursos a uns, sem que isso afecte outros grupos ou indivíduos. A ausência de desfavorecidos gera uma arena baseada na cooptação desenvolvendo numa arena menos conflituosa. Podem ser utilizadas para estimular sectores e actividades já existentes, como é o caso da concessão de subsídios, ou ainda, isenções tarifárias, incentivos ou renúncias fiscais.

- **Política Redistributiva**

Têm como objectivo redistribuir recursos financeiros, direitos ou outros benefícios entre os grupos sociais, intervindo na estrutura económica social, através da criação de mecanismos que diminuam as desigualdades. Podem ser de forma directa, através de transferências monetárias, ou indirecta, por influenciarem a longo prazo a redução das desigualdades. Caracterizam-se pelo jogo de soma zero, pela contraposição de interesse claramente antagónicos, ou seja, para que alguns ganhem, outros têm que perder. São exemplos os programas de previdência, seguro-desemprego, cotas raciais para universidade, bolsa família, reforma agrária.

- **Política Constitutiva**

Têm como objectivo estabelecerem regras sob as quais outras políticas públicas são seleccionadas. São aquelas políticas que definem as competências, jurisdições, regras da disputa política e da elaboração de políticas públicas, exemplos são as regras do sistema político-eleitoral, a distribuição de competências entre os poderes e esferas, regras das

relações intergovernamentais, regras da participação da sociedade civil em decisões públicas.

1.1.3. Políticas Públicas e a Melhoria da Qualidade de Vida

As políticas públicas são acções que nascem do contexto social, mas que ao passar pela instância estatal, como decisão de intervenção pública numa determinada realidade social, materializam-se como investimento ou regulamentações administrativas. Estas são os resultados da dinâmica do jogo de forças entre grupos políticos e económicos, classes sociais e sociedade civil organizada, no âmbito das relações de poder, (GALLO & BESSA, 2016, P.1).

De acordo com Boneti, (2007, P.8) é na relação entre o Estado, as classes sociais e a sociedade civil que se originam os agentes definidores das políticas públicas. Desta forma entende-se que as políticas públicas não são definidas tendo como parâmetro unicamente o bem comum, nem tão pouco os interesses específicos de uma classe.

A qualidade de vida é uma expressão que vem se tornando corriqueira no dia-a-dia das pessoas, mas que se reveste de grande complexidade, dada a subjectividade que representa para cada pessoa ou grupo social, podendo representar felicidade, harmonia, saúde, prosperidade, morar bem, ganhar salário digno, ter amor e família, poder conciliar lazer e trabalho, ter liberdade de expressão, ter segurança. E pode significar todo esse conjunto de atributos ou benefícios, (QUEIROZ et al, 2004, P.412).

A ideia da qualidade de vida introduz uma valorização de horizontes desejáveis para os grupos sociais, onde diferentes níveis de exigência e de aspirações conformam aspectos mais subjectivos e afeitos a percepção dos indivíduos. O conceito de qualidade de vida guarda relação com a satisfação das necessidades humanas, com a capacidade de uma comunidade desfrutar de uma vida média longa, de forma saudável. A tese de Vitte (2009, P.4) é que a garantia das necessidades básicas está longe de ser suficiente para qualidade de vida plena ou para uma vida de qualidade, sendo de suma importância os factores relativos à sociabilidade como suporte a uma percepção mais positiva da qualidade de vida.

Pereira (1999, P.32) apud Queiroz (2004, P.411) afirma que a função política do Estado é promover o bem comum de acordo com a moral e a ética, sendo que as políticas estão directamente relacionadas com questões de cidadania, guiadas pelos ideais de liberdade, igualdade e solidariedade, para o controle democrático sobre o Estado, inclui também, o direito à satisfação de necessidades básicas, como emprego, educação, saúde, habitação,

entre outros. No Estado moderno, com o avanço dos processos democráticos, cabe ao governante e à sociedade, por meio da participação nas decisões, a responsabilidade pelas políticas públicas.

O Processo de implementação das políticas públicas no âmbito social trouxe novos desafios impactando directamente nas condições de vida das populações, especialmente das mais vulneráveis. Entende-se que a melhor forma de impactar sobre a coletividade é por meio das políticas públicas, uma vez que essas são produzidos do embate político entre diferentes classes e poderes em jogo na arena social.

1.2. Desenvolvimento Económico

O tema ‘desenvolvimento económico’ surgiu no século XX com o aparecimento dos Estados nacionais modernos, o renascimento e os grandes avanços na navegação marítima, que revolucionaram as relações económicas, que segundo Bresser-Pereira, (2006, P.1) apud, Tavares, (2013, P.12) se constitui num fenómeno histórico relacionado com o surgimento das nações e com a formação dos Estados nacionais ou Estados-Nação, e ainda com a acumulação de capital, a incorporação do progresso tecnológico aos factores de produção (capital e trabalho), e a coordenação de instituições comerciais com os mercados. Nesse cenário, as riquezas coloniais foram importantes para a expansão das economias nacionais, como é o caso do continente europeu. Já para Furtado, apud. Tavares (2013, P.13), a origem do desenvolvimento se constitui em dois momentos históricos: o da revolução comercial, em que a racionalidade é um objectivo económico claramente definido, a ser alcançado pela adopção de acumulação de capital; e o da Revolução Industrial, em que a racionalidade se expressa como meio de alcançar o lucro e aumentar a produtividade, evidenciado pelo progresso tecnológico.

De acordo com Bresser-Pereira, (2006, P. 1), o desenvolvimento económico é o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade.

Para Souza (2012, P.1), a questão desenvolvimento económico tem raízes teóricas e empíricas, e a sua origem está baseada, na maior parte dos casos, nas crises económicas do sistema capitalista. As raízes teóricas estão associadas ao pacto colonial que se formou do pensamento mercantilista, originando o subdesenvolvimento contemporâneo. Nessa visão, as metrópoles dedicavam maior atenção ao fluxo de metais preciosos e não se importavam

muito com o papel das importações no desenvolvimento manufactureiro interno. Em oposição a esse mercantilismo, surgem as escolas fisiocratas no século XVIII, na França, e a escola Clássica, na Inglaterra, que passaram a dedicar maior atenção aos problemas do crescimento e da distribuição.

Além de origens teóricas, o desenvolvimento tem origem nas crises económicas, visto que as disparidades entre nações ricas e pobres tornaram-se mais claras com as flutuações económicas, em que o cenário era de concentração excessiva de renda e riqueza em nível mundial e condicionado ao aparecimento de alguns poucos países industrializados. Surge, então, a noção de desenvolvimento interligada à questão da distribuição. Durante o período que ocorrerem ondas de inovações, a economia dos países inovadores cresce de modo acelerado, aumenta a renda, o emprego e o nível de bem-estar da população; já em épocas de crise, as inovações diminuem no domínio público, o nível de actividade se reduz e, com isso, aumenta o desemprego. Com a grande depressão de 1929, a questão do desenvolvimento ficou mais patente ou evidente, tornando a acção do Estado mais actuante na economia; com o desenvolvimento da contabilidade nacional, foi possível comparar as rendas per capita de diferentes países e a consequente classificação em pobres e ricos. Com a publicação de outros indicadores socioeconómicos, como grau de analfabetismo, taxas de natalidade e mortalidade infantil, produtividade do trabalho, entre outros, foi possível definir subdesenvolvimento e desenvolvimento económico, (ROMERO, 2011, P. 17).

1.2.1. Teorias de Desenvolvimento Económico

Para melhor compreensão acerca das teorias económicas do século XX, vamos apresentar uma referência introdutória às ideias dos autores clássicos e criadores do pensamento económico. Essa contextualização é importante para entender as influências dos pensadores pioneiros na construção das políticas e do conhecimento económico. Na França pré-industrial, François Quesnay, em seu *Tabeleau Économique* (1758), fez a exaltação da agricultura como a fonte de riquezas das nações e condenou a interferência do Estado na vida económica da nação (*laissez-faire*).

No Liberalismo, ou na Escola clássica, destacam-se Adam Smith (1776) e David Ricardo (1821). Smith defende a produtividade do trabalho como fonte da riqueza de um país, assim como a total liberdade de iniciativa e de comércio, ou a despolitização da economia. Condena os monopólios e a intervenção do Estado, pois a economia deve movimentar-se harmoniosamente pela acção de uma mão invisível. Ricardo, inspirado em Smith, reforça a ideia de liberdade de comércio e sofisticada a análise com a teoria do valor-trabalho. Para ele,

o trabalho aplicado na produção agrega valor à mercadoria produzida, HUNT (2005, P.10) apud, TOMAZZONI, (2008, P.1).

O Mercantilismo Histórico, desenvolvida por Karl Marx, constitui-se em um enfoque crítico do capitalismo. Partindo do pensamento liberal, Marx defende que a história das sociedades evolui a partir das lutas de classe geradas pela busca de satisfação das necessidades económicas. Inspirado em Ricardo, Marx conclui que o trabalhador agrega à mercadoria um valor maior do que recebe, e essa mais-valia é apropriada pelo patrão, constituindo-se em lucro. Para ele, a exploração do trabalhador industrial pela extração da mais-valia é gerador da luta de classes no capitalismo. Marx argumenta, ainda, que a ordem capitalista é intrinsecamente injusta, e o trabalhador só se livrará da situação de exploração e miséria com a destruição da mesma.

Como um dos principais teóricos da história da economia, Schumpeter (1985) identificou elementos responsáveis pelo progresso de desenvolvimento: a) adoção de inovações; b) acção do empresário inovador; c) utilização do crédito bancário. Nesse processo, a mudança é causada pela inovação que provoca o desenvolvimento. A inovação é a razão do desenvolvimento, e o empresário é a força motora, pois não existe inovação tecnológica sem o empresário inovador. E não existe empresário inovador sem crédito bancário. Assim, considera-se que o desenvolvimento é mudança descontínua, e inovação é o próprio conceito do desenvolvimento, (TOMAZZONI, 2008, P.2).

Em síntese, Schumpeter propõe um conceito diferenciado do desenvolvimento, baseado nas mudanças revolucionárias, não decorrentes apenas do crescimento populacional ou aumento de renda ou riqueza. É uma mudança do estado de equilíbrio da economia, um processo de mutação que gera ciclos económicos, destrói o antigo e o substitui pelo novo (destruição criadora). Schumpeter (1985) explica que as inovações tendem a concentrar-se em certos períodos de tempo criando grandes ciclos de investimento que promovem longos períodos de prosperidade. Quando o nível de investimento cai, os anos de prosperidade são sucedidos por estagnação e períodos difíceis. Para ele, os ciclos económicos são superpostos a ‘longas ondas’ de actividade económica: durante a longa onda de prosperidade, as subidas são fortes e sustentadas, e as quedas, curtas e ligeiras; durante os longos períodos difíceis ocorrem efeitos opostos.

No modelo de Lewis, uma economia subdesenvolvida consiste em dois sectores económicos: a tradicional, muito povoada e subsistência rural, utilizam técnicas de produção intensivas

no factor trabalho e adopta formas tradicionais de organização, baseadas no trabalho familiar, como fim da actividade económica.

Os percussores da teoria do desenvolvimento sustentam que o aumento da poupança e do investimento constitui a condição necessária, mas não suficiente do desenvolvimento. Entende esta teoria que para além desta acumulação de capital (físico e humano) é necessário um complexo de mudanças nas estruturas económicas, isto é, de tradicional para o moderno.

Está presente em todas as teorias económicas a importância fundamental do papel do Estado como elemento central do desenvolvimento. A intensidade do comprometimento e da acção pode variar dependendo de cada contexto, mas, para os economistas, o Estado nunca deve ser omissivo ou indiferente, mesmo nas economias fortemente industrializadas, em que há actuação do empresário e cujas sociedades possuem elevados padrões de qualidade de vida. O Estado é, portanto, o maior responsável pelo desenvolvimento dos países atrasados, (TOMAZZONI, 2008, P. 2-4).

1.2.2. Factores que Influenciam o Desenvolvimento

O desenvolvimento é influenciado por uma interação complexa de diversos factores, países subdesenvolvidos enfrentam obstáculos a sua modernização, pois esses países possuem baixo indicador de desenvolvimento, (MABIALA, 2019, P. 33-34).

- **Crescimento Populacional**

O forte crescimento demográfico constitui um obstáculo ao desenvolvimento quando o aumento da produção não acompanha o aumento da população, pois o rendimento per capita diminui. Os factores como analfabetismo, crenças religiosas, casamentos muito jovens, taxas elevadas de natalidade e ainda o facto de os filhos serem encarados como fonte de rendimento e um sustento na velhice dos pais, por outro lado, a fraca educação das crianças, a degradação da saúde e o agravamento da pobreza e, da desigualdade.

- **Desigual Repartição dos Rendimentos**

Os consumos das classes ricas são acentuadamente dirigidos para bens e serviços importados e a maior parte das suas poupanças é colocada no estrangeiro. Nos países subdesenvolvidos, a repartição dos rendimentos é muito desigual, detendo uma pequena parte da população uma grande parcela dos rendimentos, enquanto a maior parte da população fica com uma pequena parcela, o que vai originar profundas desigualdades sociais. Estas desigualdades, além de um desperdício económico, são socialmente desestabilizadores.

- **Baixo Nível de Investimento**

Tendo em conta o baixo nível de rendimento per capita, o investimento nos países subdesenvolvidos é fraco, se a população auferir magros rendimentos, que muitas das vezes nem chegam para satisfazer as necessidades de consumo, não se admire que a poupança seja baixa. Sem poupança não há investimento, sem investimento não há produção e sem produção não há criação de riqueza que proporciona a repartição de rendimentos, a solução tem sido o recurso ao capital estrangeiro com o agravamento da dívida externa, (MABIALA, 2019, P. 33-34).

1.2.3. Medidas do Desenvolvimento Económico

Medidas ou indicadores de desenvolvimento económico representam o compasso vital pelo qual as nações orientam seu progresso e buscam aprimorar a qualidade de vida de seus cidadãos. Essas medidas abrangem uma gama diversificada de indicadores, desde o crescimento do Produto Interno (PIB) até as políticas educacionais, inovação e investimentos em infraestrutura. Nessas importantes medidas destaca-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que transcende a perspectiva puramente económica, reforçando a importância da saúde e educação como pilares essenciais para o florescimento das sociedades, (SOUZA & SPINOLA, 2017, P.22).

Muitas vezes quando queremos retratar sobre um bom país para se viver, usamos como referência a economia ou um indicador chamado IDH. Essa medida permite comparar a qualidade de vida entre países, levando em consideração não só aspectos económicos, mas também sociais, visto que não é apenas um parâmetro de riqueza que indica o desenvolvimento de uma nação.

O IDH leva em consideração três importantes critérios que indicam o desenvolvimento social de um país, relacionado especificamente à qualidade de vida. São eles:

- **Saúde**

No critério saúde, é levada em consideração a qualidade de vida, especificamente a esperança de vida ao nascer. Isso significa que é importante saber quanto da população tem acesso a medicamentos, vacinas, tratamentos de saúde, entre outros. Essa dimensão também leva em conta taxas de natalidades, mortalidades infantis e índices de violência, visto que essas taxas estão relacionadas ao bem-estar social, (ANDRADE et al, 2012, P. 414).

- **Educação**

No critério educação, leva-se em consideração o nível de conhecimento da população, ou seja, o grau de instrução. Isso significa que são analisadas as taxas de alfabetização e a escolarização (educação infantil, educação fundamental, ensino médio e superior), que indicam a média de anos escolares para uma criança em idade escolar. São analisadas as taxas de evasão escolar, repetência e o oferecimento de vagas para as crianças aptas a serem matriculadas, (BRAGA et al, 2006, P. 3).

- **Renda**

No critério renda, leva-se em consideração a qualidade de vida segundo o Produto Interno Bruto per capita (PIB per capita), que se refere ao total de bens e serviços produzidos durante um ano pelo país dividido pelo número de habitantes, indicando assim o que cada pessoa produziu. Esse critério reflecte o padrão de vida de cada habitante, (DALBERTO et al, 2015, P.334).

1.2.4. Desenvolvimento Local

Para uma melhor compreensão relativo ao Desenvolvimento Local há uma necessidade de falarmos de maneira separada das palavras componentes do mesmo.

A palavra local, não é sinónimo de pequeno e não restringe necessariamente à diminuição ou redução. O conceito de local é considerado como alvo social e/ou territorial de acções abrangentes de um processo de desenvolvimento em curso, sendo ele pensado, planeado, promovido ou induzido. Portanto, de certa forma, é local, quer seja uma comuna, um município, uma província, um país, uma Região, etc MUANDA (2018) apud SEMEDO (2011 P. 25).

Conforme Muanda (2018) apud Oliveira (2002, P. 40), considera o Desenvolvimento como um processo de crescimento económico acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia.

Vê-se que neste conceito, o autor em questão referencia que o desenvolvimento de um dado país não depende somente dos aumentos ou crescimento do PIB e doutras variáveis quantitativas, mas também de variáveis sociais ou qualitativas.

De acordo com Buarque apud Farfus (2008, P.67) o Desenvolvimento Local é um processo endógeno registado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo económico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases económicas e organizacionais em nível

local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas.

Segundo Muanda (2018) apud Coimbra (2012, P. 1) O Desenvolvimento Local é o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquele o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas.

Com base o apresentado vê-se a necessidade de haver vontade por parte dos cidadãos locais a participarem no processo de desenvolvimento do seu território fazendo valorizar o seu capital social e promovendo assim um desenvolvimento a partir de baixo ou a partir de dentro.

1.2.4.1. Desenvolvimento a Partir de Baixo

Na visão de Melo (2013, P. 501) desenvolvimento a partir de baixo implica assumir a importância de factores como envolvimento dos actores locais nos processos de análises e decisão, a mobilização local dos recursos produtivos do território, valorização dos factores e dos bens e serviços produzidos localmente, os processos de criação ou difusão de inovações, os ganhos emergentes de uma melhor coordenação local de iniciativas, o aumento do valor acrescentado localmente retido, a internalização territorial dos efeitos de transbordo positivos das iniciativas públicas e privadas.

Com base a visão apresentada anteriormente, leva a considerar o desenvolvimento a partir de baixo como estratégias aplicadas, levando em consideração as condições históricas, culturais, naturais e institucionais das regiões e visando à satisfação das necessidades básicas da população local. O mesmo pode ser visto ainda como desenvolvimento a partir de dentro significando desenvolvimento endógeno. É um modelo económico que as comunidades desenvolvem suas próprias propostas, fazendo a liderança nascer e as decisões partirem dentro da mesma comunidade.

Como bem nota Sem (2015) apud Melo (2013, P. 503) num determinado território há recursos produtivos mobilizáveis para o desenvolvimento (naturais, humanos, financeiros, etc.) que não estão a ser bem explorados (isto é, recursos que o mercado não detecta) é porque há bloqueamentos que podem ser catalogados em três tipos: bloqueamentos sócio-culturais (relacionados com a valorização social do empreendedor e do seu papel), bloqueamento sócio-demográficos (quando a estrutura etária do território assenta numa população demasiado envelhecida que à partida, é menos geradora de iniciativas) ou bloqueamentos

institucionais (quando a armadura institucional do território dificulta a vida a quem tem iniciativas).

Com isso, pode se distinguir três grandes tipos de pequenos territórios distintos no grau de integração nos mercados e no potencial, (MELO 2013, P. 504).

- **Tipo I:** Territórios com níveis de vida médios ou elevados, que exibem recursos mobilizáveis pelo mercado que pelo menos parcialmente, já foram por estes descobertos e que estão a ser aproveitados. Nestes territórios as políticas de desenvolvimento serão essencialmente políticas de consolidação da situação actual, políticas viradas para a antecipação dos problemas e para o incentivo ao aparecimento regular de novas iniciativas e novas oportunidades que refresquem a boa posição competitiva do território. Boa parte das maiores áreas urbanas, áreas metropolitanas e as zonas de forte dinamismo empresarial podem ser enquadradas neste primeiro tipo.
- **Tipo II:** Territórios com níveis de vida intermédios ou baixos que exibem alguns recursos aparentemente mobilizáveis pelo mercado, mas que não estão a ser explorados. Aqui, presumindo uma falha do mercado, as políticas de desenvolvimento local visam essencialmente ajudar a descobrir o que está encoberto, suscitando e incubando o aparecimento de iniciativas empresariais autóctones ou atraindo capacidades empresariais exteriores ao território. Assumindo, muitas vezes alguma dependência pelo menos transitória destes territórios face ao exterior, as políticas têm por objectivo construir uma situação de desenvolvimento não dependente e sustentado por recursos próprios e estáveis. De alguma forma, muitas das áreas urbanas do interior, algumas das zonas em processos de regressão industrial e algumas das áreas predominantemente rurais podem ser enquadradas neste segundo tipo.
- **Tipo III:** Territórios que aparentemente, não exibem recursos exploráveis pelo mercado. Nestes territórios as políticas de melhoramento da situação são fundamentalmente medidas paliativas que assumindo não ser possível, pelo menos no curto prazo, mobilizar iniciativas mercantis em número, qualidade e quantidade suficiente para sustentar um processo de desenvolvimento, acabam por basear-se no esforço de transferência de recursos (em regra, públicos) do resto da sociedade com vista a amenizar as condições de vida das populações locais, pelo menos à espera do dia em que a sociedade revalorize o que o território possui. São políticas locais de

resistência, mas do que de verdadeira inserção na sociedade mercantil e competitiva. Boa parte das zonas rurais, sobretudo as mais afastadas dos grandes centros, podem ser actualmente enquadradas neste terceiro tipo, (MELO 2013, P. 504).

Com o leque de características diferenciais os agentes locais a luz da realidade encontrada elabora estratégias que visam promover o desenvolvimento nesses pequenos territórios.

1.2.4.2. A Estratégia e os Agentes do Desenvolvimento em Pequenos Territórios

Entende-se a estratégia como o conjunto de meios ou planos para atingir um objectivo. Cada território, no traçar da sua estratégia numa perspectiva substrato do território, deverá levar em conta as suas especificidades, papel este que cabe aos agentes do desenvolvimento desses mesmos territórios.

Os agentes de desenvolvimento são entidades responsáveis por participarem do planeamento das políticas de desenvolvimento da localidade, discutindo e articulando iniciativas relacionadas, dentre outras coisas, à melhoria do ambiente de negócios para as micro e pequenas empresas e não só. Eles têm um papel crucial para que a localidade se aproprie dessas oportunidades. Para isso, eles devem ter a capacidade de visão, gestão e agregação da sociedade e dos líderes locais e até regionais, pois são eles que vão respirar a causa do desenvolvimento da localidade todos os dias.

Segundo Melo (2013, P. 507) os agentes locais do desenvolvimento e quem, a nível local é ou deve ser responsável pelas políticas que visam o seu fomento estão identificadas em três grupos principais: os empreendedores e as empresas, as administrações públicas, as associações e agências de desenvolvimento.

Por outro lado, fora da posição de Melo, pode se eleger um outro agente do desenvolvimento que tem contribuído significativamente no processo de desenvolvimento das nações, são as universidades.

a) Os Empreendedores e as Empresas

É considerado empreendedor aquele que pratica uma actividade económica e não só, a luz da realidade que o rodeia em termos de oportunidades perspectivando o sucesso para ele. Já o empresário, podemos deduzir que é aquele empreendedor realizador do seu sonho de ter a seu cargo uma empresa, não importa o seu tamanho; micro, pequena ou média.

Com muitas iniciativas de negócios e com empresas lucrativas há condições para melhorar o nível de vida das pessoas. Com isso o empreendedor e a empresa estão ligados num

território de uma forma dinâmica e racional; a empresa contribui para o ambiente que a sua volta gera e esse ambiente, por seu lado, é um factor de suporte fundamental para a sua existência e bom desempenho já que, entre outros factores, é no território envolvente que a empresa encontra a mão-de-obra de alguns dos fornecedores e clientes, (MELO, 2013, P. 510).

Nessa óptica, vê-se que eles proporcionam uma mais valia para o seu território em termos de desenvolvimento, uma vez que as suas actividades são desenvolvidas nesse território e que conseqüentemente fornecem serviços e bens aos residentes abrangendo muito deles oportunidades de trabalho, e melhorando, assim o índice de emprego.

Deve referir-se que o argumento das políticas locais de desenvolvimento viradas para empresas e para a promoção do espírito de empresa tem de ser visto em pouco como argumento das indústrias nascentes, a ideia é sobretudo a de incubar hoje para lançar amanhã. Toda a lógica de intervenção das autoridades económicas locais deve pautar-se, portanto, pela progressiva integração dos agentes económicos.

b) Administrações Públicas

Segundo Feijó e Paca (2013, P. 77) Administração Pública pode ser definida como um sistema de órgãos, serviços e agentes que asseguram em nome da colectividade a satisfação regular e contínua das necessidades colectivas de segurança, cultura e bem-estar social.

E ainda podemos acrescentar considerando Administração Pública como poder de gestão de um Estado, no qual sabemos que o mesmo inclui vários poderes, sendo feito por intermédios de seus órgãos e outras instituições visando sempre um serviço público efectivo.

Com isso, o objectivo da administração pública é atender às necessidades da colectividade, oferecendo serviços de qualidade e benefícios à população. Sua atuação deve ser transparente, incentivando a participação de toda a comunidade por meio das organizações da sociedade civil. A primeira observação a fazer a nível de desenvolvimento local é que o conjunto dos organismos da administração pública, que se localiza em cada território, tem por si só um peso económico importantíssimo. Se este aspecto for descurado numa política local de desenvolvimento, os organismos da administração podem transformar-se em poderosos travões ao crescimento da produtividade do território.

c) As Associações e as Agências de Desenvolvimento

Para além das empresas e das administrações públicas, é importante destacar o papel das associações e agências de desenvolvimento que operam em cada território. É nessa rede constituída por um número de associações culturais, recreativas, de solidariedade, de promoção, etc. que faz com que alguns territórios se apresentem com maior densidade institucional, o que contribui muito para a sua função de suporte de actividades mais directamente económicas.

As associações apresentam o seu protagonismo no apoio a formulação e implementação de políticas de interesse público. Cabe à Associação um relevante papel no desenvolvimento económico do substrato territorial, como principal órgão representativo do empresariado local e outros agentes. Assim, é importante que ela garanta, por um lado, estar presente em todos os conselhos e iniciativas que planeja e implementam o desenvolvimento do território e, por outro, que apresente competência na definição e implementação de propostas para alcançar este objectivo, (RODRIGUEZ, 2008, P. 2).

Para Barquero e Cabugueira, (2009, P. 123) agências de desenvolvimento como sendo organizações de mediação entre o Estado, o mercado e a sociedade, através das quais se instrumentaliza a estratégia de desenvolvimento local. São órgãos intermédios, capazes de recolher os impulsos abaixo – acima e transformá-los em actuações que têm em conta todos os condicionalismos do meio. São organizações de carácter horizontal que proporcionam às iniciativas locais os serviços reais e/ou financeiros, que permitem dar resposta aos problemas que as empresas têm de superar num território específico. Procuram satisfazer as necessidades dos empresários locais proporcionando-lhes, especificamente, os serviços de que carecem as economias locais, mas que são de importância estratégica no processo de ajustamento produtivo.

Estes profissionais são pessoas capazes de apoiar as iniciativas e os projectos locais em termos de instrumentos, métodos, bem como das relações de comunicação com a comunidade e as instituições. Servindo de intermediários entre os vários agentes locais e entre estes, as instituições públicas e privadas, estes profissionais asseguram as funções de informação, apoio técnico, animação, mediação, formação e avaliação.

A participação desses agentes locais no processo de desenvolvimento admite interpretações muito diversas. Há participação quando os mesmos são chamados a intervir:

- No diagnóstico dos problemas que os afectam ou que afectam a colectividade;

- No processo de decisão relativo às prioridades e aos objectivos do desenvolvimento local;
- No lançamento de iniciativas, projectos e programas a nível local;
- Na concertação, coordenação e integração dessas iniciativas e projectos;
- Na avaliação dos resultados obtidos e do impacto das acções locais sobre o bem-estar e o futuro da colectividade.

d) As Universidades

Nos modelos de crescimento endógeno, o conhecimento emerge, em particular, como a força motriz do desenvolvimento económico, Muanda (2018) apud Fernandes (2007, P. 9). Pode ser encarado como um produto secundário do processo de produção (tal como no modelo com externalidades associadas à produção de conhecimento) ou pode emergir de um esforço deliberado de geração de novo conhecimento (inclusão do progresso técnico e da inovação nos modelos com inovação endógena).

Esse conhecimento pode ser gerado em diferentes ambientes organizacionais e institucionais, em diferentes infra-estruturas do conhecimento. Contudo, as universidades assumem-se como actores críticos no processo de geração de conhecimento, pela realização de investigação, formação de investigadores qualificados ou, mais indirectamente, pela atracção sustentação de produção intensiva em conhecimento. São, por isso, actores chave nos quais o novo processo de desenvolvimento deve assentar Muanda (2018) apud Castells et all, (2007, P. 9).

Por outro lado, os modelos de crescimento endógeno alertam que a ciência e a tecnologia (e, por isso, as oportunidades de desenvolvimento) se poderão encontrar desigualmente distribuídas pelas regiões.

No entanto, o acesso à tecnologia não se encontra restringido. Por este motivo, a literatura sublinha que as práticas e as políticas assentes na transferência tecnológica se encontram, ainda hoje, no centro das estratégias de desenvolvimento regional. Contudo, para que essas práticas e políticas sejam eficazes, é fundamental que a região de acolhimento possua as condições necessárias para a recepção, sustentação e utilização do know-how que se encontra a ser transferido. As universidades poderão desempenhar um papel crucial na criação dessas condições, designadamente pela formação de uma força de trabalho adequada à prática da transferência tecnológica, (FERNANDES, 2007, P. 9).

1.3. Papel das Políticas Públicas Sociais no Desenvolvimento Económico

As políticas públicas sociais desempenham um papel fundamental na melhoria da qualidade de vida, pois abordam directamente as necessidades e desafios enfrentados pela população. Ao garantir acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, habitação e assistência social, essas políticas visam criar condições que promovem o bem-estar e reduzem desigualdades. Além disso, ao proporcionar suporte a grupos vulneráveis e implementar medidas que fortalecem a inclusão social, as políticas públicas contribuem para fortalecer o tecido social e criar comunidades mais resilientes e equitativas, moldando o ambiente em que as actividades económicas ocorrem e influenciando factores-chave que impulsionam o crescimento, alguns dos impactos mais relevantes incluem, (ROSSINHOLI, 2012, P.32):

a) Políticas Públicas Educacionais

A educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento individual e colectivo, sendo um alicerce essencial para o progresso de uma sociedade. Seu contributo abrange não apenas a transmissão de conhecimentos, mas também a formação de cidadãos capazes de contribuir activamente para o crescimento económico, a estabilidade social e a inovação, além disso, ele pode ser um agente poderoso na redução de desigualdades, oferecendo a todos, independentemente de origem ou condição social, a chance de alcançar o seu potencial máximo, (KISS, 2022, p. 25).

Diante da importância intrínseca da educação, torna-se imperativo a implementação de políticas educacionais eficazes. Estas não apenas ampliam o acesso à educação, mas também buscam constantemente aprimorar sua qualidade promovendo um ambiente propício para o florescimento educacional e, por consequência, o desenvolvimento sustentável da sociedade, (ROCHA, 2019, p. 32).

b) Políticas Públicas de Saúde

A importância da saúde transcende a condição individual, desempenhando um papel vital no funcionamento eficaz de comunidades e sociedades. A saúde não é apenas a ausência de doenças, mas um estado de bem-estar físico, mental e social, essencial para o plano de desenvolvimento humano e colectivo.

Diante da relevância da saúde, as políticas públicas voltadas para esse sector desempenham um papel crucial. Elas não apenas buscam proporcionar acesso universal a serviços de saúde, como também, integram o campo de acção social do Estado orientado para a melhoria das condições de saúde da população e dos ambientes natural, social e do trabalho. Sua tarefa

específica em relação às outras políticas públicas da área social consiste em organizar as funções públicas governamentais para a promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos e da colectividade, (LUCCHESI, 2004, p. 20-21).

c) Políticas Públicas Habitacionais

A moradia adequada é um componente essencial para o bem-estar e a estabilidade das pessoas. A importância da habitação vai além do simples abrigo, ela é um elemento fundamental para a construção de comunidades sustentáveis e inclusivas. Além disso ela fornece um leque de oportunidades estimulando o sector da construção civil, gerando empregos e impulsionando o sector mobiliário, (MARGUTI, 2011, p. 18).

Dada a suma importância da habitação, as políticas públicas voltadas para esse domínio desempenham um papel vital. Elas não apenas buscam fornecer moradias acessíveis, mas também promovem a regularização fundiária, o desenvolvimento urbano sustentável e a criação de comunidades inclusivas. O investimento contínuo em políticas públicas de habitação é crucial para garantir que todos tenham acesso a condições habitacionais dignas, contribuindo assim para o desenvolvimento harmonioso e equitativo da sociedade, (ALMEIDA, 2011, p. 23).

d) Políticas Públicas de Assistência Social

A assistência social é um pilar essencial para a construção de sociedades justas e solidárias. Além de avaliar as adversidades individuais, ela contribui para o fortalecimento de comunidades e para a promoção da equidade social. Ela actua como um mecanismo-chave na redução das disparidades sócio-económicas, buscando equilibrar oportunidades e proporcionar apoio a grupos em situação de vulnerabilidade, para esse efeito são elaborados programas de assistência social que promovem a inclusão e a participação activa na sociedade, evitando o isolamento e fomentando a coesão comunitária, (GOMES & ELIAS, 2016, p. 32)

Mediante a importância da assistência social, as políticas públicas nesse domínio desempenham um papel fundamental. Elas estruturam e direccionam os esforços colectivos para garantir que a assistência seja abrangente, eficaz e sustentável ao longo do tempo. O compromisso contínuo na implementação dessas políticas públicas é essencial para construir sociedades mais justas, solidárias e resilientes, (DUARTE et al, 2017, p. 19-20).

1.4. Experiências dos Países na Implementação das Políticas Públicas Sociais

A implementação eficaz de políticas públicas sociais é um desafio global que exige abordagens adaptativas e centradas nas necessidades específicas de cada sociedade. Esta análise busca examinar as experiências de quatro países distintos: Suécia, Brasil, México e Noruega na execução de programas sociais destinados a promover o bem-estar e combater as desigualdades. Em um cenário onde as disparidades sócio-econômicas persistem em níveis preocupantes, políticas públicas sociais emergem como instrumentos cruciais para mitigar essas desigualdades e criar sociedades mais equitativas. Cada país abordou essas questões de maneiras únicas, moldadas por sua história, cultura, estrutura econômica e desafios específicos, (ROSSINI et al, 2006, P. 16).

Suécia – Sistema de Bem-Estar Social

O desenvolvimento do sistema de Bem-Estar Social sueco teve início nas primeiras décadas do século XX, com uma série de reformas que visavam abordar desigualdades e proporcionar acesso igualitário a serviços essenciais. Ao longo do tempo o país expandiu e refinou seu sistema, adaptando-se a mudanças econômicas e demográficas. O investimento substancial em educação, saúde e assistência social destaca-se como uma característica distintiva, promovendo não apenas a igualdade de oportunidades, mas também o bem-estar geral da população.

O Sistema de Bem-Estar social da Suécia, conhecida por sua abordagem abrangente e orientada à igualdade, é uma referência global em políticas sociais. Fundamentado em princípios de justiça social, esse modelo busca proporcionar um alto padrão de vida e reduzir as disparidades sócio-econômicas. Ao integrar serviços universais de saúde, educação e assistência social, a Suécia construiu uma rede de segurança social sólida que visa atender as necessidades da população em diversas fases da vida, (HEDU & LIEDHOLM, 2010, P.28).

Brasil – Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família, lançado em 2003 no Brasil, representa uma iniciativa ambiciosa de combate à pobreza e desigualdade. Inovador em sua abordagem, esse programa de transferência condicionada a renda tem como objectivo proporcionar assistência financeira a famílias em situação de vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que promove o acesso à educação e cuidados de saúde.

O Bolsa família evolui como uma resposta estratégica às persistentes disparidades sócio-económicas no Brasil. Ao condicionar transferências de renda à frequência escolar e à realização de exames médicos, o programa visa quebrar o ciclo intergeracional da pobreza, investindo no capital humano das futuras gerações. A expansão gradual do Bolsa Família e seu impacto positivo na redução da pobreza e na melhoria dos indicadores sociais destacam seu papel crucial no panorama das políticas sociais brasileiras. O mesmo programa emerge como um marco significativo na estratégia brasileira de enfrentar desafios sócio-económicos. Seu sucesso reside na capacidade de abordar directamente as necessidades imediatas das famílias em situação de vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que fomenta investimentos a longo prazo por meio da educação. No entanto a necessidade continua de equilibrar a expansão do programa com considerações de sustentabilidade fiscal destaca a importância de abordagens cuidadosamente planejadas para enfrentar os desafios em evolução, (SOARES et al, 2010, P.26).

México – Programa Oportunidade (Prospera)

O programa Oportunidades, posteriormente denominado prospera, é um programa emblemático de transferência condicionada de renda no México, iniciado em 1997. Projectado para combater a pobreza e melhorar indicadores sociais, esse programa vincula transferências financeiras a compromisso nas áreas de educação, saúde e nutrição, refletindo uma abordagem integrada para melhorar o bem-estar.

O Programa evoluiu como resposta à necessidade de enfrentar desafios persistentes de pobreza e desigualdade no México. Ao condicionar as transferências a comportamentos específicos, como frequência escolar e participação em programas de saúde, o programa busca promover uma mudança estrutural nas condições sócio-económicas das famílias beneficiadas. Sua trajetória de desenvolvimento destaca o compromisso contínuo do México em enfrentar as raízes multifacetadas da pobreza, (FISZBEIN et al, 2009, P.33-35).

Noruega – Sistema de Bem-Estar Social

O desenvolvimento do sistema de Bem-Estar Social norueguês remota às décadas iniciais do século XX, com um foco primário na eliminação das desigualdades. Ao longo dos anos, o país expandiu e adaptou seu sistema para enfrentar desafios emergentes, mantendo um equilíbrio entre a igualdade social e a eficiência económica. A ênfase contínua em serviços públicos de alta qualidade, saúde e educação gratuita são características chaves desse desenvolvimento evolutivo.

O programa da Noruega destaca-se como um paradigma de excelência em políticas sociais, buscando proporcionar igualdade e bem-estar à sua população. Ancorado em princípios de igualdade social, educação gratuita e uma rede robusta de serviços públicos, este sistema reflecte o compromisso norueguês com a justiça social e a criação de uma sociedade inclusiva, (ANDERSEN, 2007, P. 18).

Ao analisar os programas sociais da Suécia, Brasil, México e Noruega, torna-se evidente que cada país adopta abordagens distintas, mas todas com o objectivo comum de promover o bem-estar de suas populações. A diversidade desses modelos reflecte a necessidade de adaptar políticas sociais às características específicas de cada sociedade. Em comum, esses programas destacam a importância de equilibrar a provisão de assistência imediata com estratégias de longo prazo para combater desigualdades e melhorar indicadores sociais. Cada programa desses países oferece uma lição valiosa; O modelo sueco destaca a eficácia de um Bem-Estar Social amplo na promoção da igualdade; O Bolsa Família no Brasil ilustra como transferências condicionadas de renda podem combater a pobreza e melhorar a educação; O programa Prospera no México demonstra como condicionalidades podem impulsionar mudanças sociais positivas; O sistema de Bem-Estar norueguês destaca a resiliência de uma abordagem equilibrada e de alta qualidade.

CAPÍTULO II: POLÍTICAS PÚBLICAS E O SEU CONTRIBUTO NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO NO MUNICÍPIO DO BUCO – ZAU

2.1. Caracterização do Município de Buco-Zau

O Município de Buco-Zau é um dos municípios da província de Cabinda, estando limitado ao Norte com Município de Belize, a Sul com o Município de Cacongo, a Leste com RDC e a Oeste pela República do Congo. Situa-se a 121 Km² da cidade de Cabinda, (RELATÓRIO-DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL, 2023).

Ocupa uma área de 2115km², cuja distribuição por comunas conforme abaixo designados:

- Necuto 697 km²
- Inhuca 378 km²

O Município possui três (2) Comunas, comportando 168 aldeias/povoações, 9 Regedorias e 36 Sobados.

Segundo os dados obtidos no censo da população e habitação realizada em 2014, mostram que foram recenseadas no município de Buco-Zau cerca de 39.876 habitantes entre homens, mulheres, crianças e idosos.

2.1.1. Contexto Local e a Sua Cultura

Segundo fontes históricas, a área era predominada por elefantes, chamado em língua fyote “nzau”, local onde os antepassados buscavam porção de carne de elefante, dando assim o significado de Mbucu-Nzau.

Reza história que os reis de Matchionzo e Maminga, contrariando o rei Muanhema do Dinge, entabularam relações com os europeus com intuito de ajudá-los em vários domínios.

Depois da instalação dos portugueses, desenvolveram na região o comércio, utilizando o rio Luali como a principal via para o escoamento dos seus produtos. Assim, surgiram às primeiras casas comerciais e o aumento considerável de europeus na região, facto que começou a suscitar uma resistência contra a penetração estrangeira, (RELATÓRIO-DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL, 2023).

Foi assim que o rei Muanhema tentou fechar o rio Luali derrubando árvores de maior tamanho, para impedir o curso normal do rio, de modos a impedir a penetração. Mas, os portugueses possuindo tecnologia mais avançada, conseguiram dominar completamente a região e instalaram o primeiro Posto Administrativo na Comuna de Necuto e Posteriormente no Londo, actualmente cruzamento de Bata-Sano.

Nesta altura, desenvolveu-se em Cabinda, o cultivo de café, cacau e palmar, dando origem à concentração de pessoas provenientes de todas as regiões do país, incluindo a de Cabo-Verde, São Tome e Príncipe, como contratados que contribuíram para o desenvolvimento da agricultura na região. Assim surgiram as fazendas de Alzira da Fonseca, Izizaltina, Lucucuto, Sítulo, Quissamo, Pinto da Fonseca e tantas outras.

A cultura como área que se assegura a ética de um povo na conservação de usos e costumes deste mesmo povo, ela joga um papel preponderante no seio das comunidades entre a religião e não só, reservando assim os estratos reais de uma nação.

Apesar de aglomerado de vários povos, essa não influenciou a cultura genuína da população de Buco-Zau. Desde os tempos remotos, a população do referido município dedica-se mais a actividade agrícola e isto vem crescendo até aos tempos presentes.

Atendendo a cultura deste povo, é de salientar que o referido distrito apresenta hábitos e costumes que visam a coesão social que é uma das ferramentas necessárias para se criar uma cooperativa de qualquer ramo de actividade.

Na verdade, o povo carrega hábitos que permite partilhar até os produtos do campo, e este aspecto apresenta um espírito de solidariedade entre as partes que facilitam a cooperação na localidade. Se formos a verificar, antigamente os caçadores depois de realizarem a caça, muitos destes repartiam com os que não possuíam meios nem habilidades de caça. O mesmo acontecia com os agricultores e pescadores.

Predominam as tribos de Balinges, Bayombe e Bassudis, localizadas em várias artérias do Município. A língua materna é fyote, havendo apenas uma ligeira diferença no pronunciamento, mas o significado não altera. Entre as várias formas de expressão cultural do povo de Buco-Zau, a dança e a música são os componentes mais importantes da cultura tradicional.

No que diz respeito às danças tradicionais, o Município abarca 45 grupos de danças que consistem na união e ligação dos povos, e estas apresentam as seguintes variedades de danças: Libondo; Matchiatchia; Mayeye; Tshutha;

❖ **Autoridades Tradicionais**

O poder tradicional possui 168 povoações com 508 autoridades tradicionais, distribuídas em 9 regedorias, 36 sobados, 12 coordenações de bairros, 129 chefes de aldeias, 55 chefes de Zona, 11 anciãos, 113 conselheiros, 41 apeladores e 9 secretários.

Neste Município, as autoridades tradicionais desempenham um papel fundamental e têm servido como incentivo à população para que exerçam determinada actividade, sobretudo no âmbito da agricultura.

As mesmas autoridades, sobretudo os sobados, servem de impulso e apelam a todo o momento aos munícipes no sentido de fomentar maior espírito de coesão social conforme rege os seus rituais, (RELATÓRIO-DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL, 2023).

❖ **Situação de Religião**

Desde o tempo dos antepassados, sempre existiu apenas a Religião Católica, ou seja, a Igreja Católica Apostólica Romana que funcionava em toda extensão do Município, mas depois de algum tempo surgiram outras religiões, dando um total de 17 igrejas a nível local.

Segundo o que podemos constatar na localidade, existem algumas plantações a cargo das igrejas e os seus dirigentes têm mostrado um papel fundamental incentivando os seus fies no que tange a actividade agrícola. Estas como outras formas que poderíamos apresentar demonstram como a população tem estado a trabalhar em união desde os tempos dos seus ancestrais.

❖ **Desporto**

O desporto no Buco-Zau é considerado divertimento, ou seja, está agora desenvolvido por ter indivíduos capazes de organizar actividades em todas as modalidades desportivas que são uma das diversas formas de associação.

Assim, pode-se aproveitar da robustez de um indivíduo que pratica desporto para aumentar a mão-de-obra nas actividades de campo, (RELATÓRIO-DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL, 2023).

2.1.2. Economia Local

O propósito de uma economia local é construir a capacidade económica de uma determinada área para melhorar sua perspectiva económica e a qualidade de vida de todos. Este é um processo pelo qual os parceiros públicos, o sector empresarial e não governamental trabalha coletivamente para criar condições melhores ao crescimento económico e geração de emprego, (SWINBURN, et all, 2006, P.1.).

O Município de Buco-Zau é tão rico em recursos naturais, e que por este motivo muitos o consideram como a grande fonte de abastecimento de produtos diversos em várias regiões da província de Cabinda.

Apesar de possuir tantos recursos, grande parte da população é maioritariamente ocupada na actividade agrícola, sendo esta a mais relevante pelo que é a maior actividade económica e tendo, por conseguinte a prática da actividade pesqueira que também atrai grande parte da população.

Antigamente o governo era o melhor comprador dos produtos da localidade, mas com a sua desistência, muitos produtos dos camponeses têm apodrecido sem que estes tenham uma utilidade.

A sua base económica, abrange vários sectores onde a madeira cerrada, assume um papel preponderante.

Grande parte da população se dedica à agricultura, foi concebido um balanço de identificação e registo de famílias camponesas e acompanhamento na preparação de terras e sementeiras, demonstração de técnicas, medição de áreas semeadas, acompanhamento fenológico das culturas e levantamentos de dados hídricos e venda de produtos agropecuários nos mercados do Município, (IDEM).

2.1.3. Potencialidades Locais

O Município está potenciado em recursos hídricos, (rio luali, lucucuta, munzi, lubambi, nfubo, chioango, chiacca, nhunca, etc.), recursos florestais (limbas, langui branco, longui vermelho, livuiti, kâmbala, ndianumo, mbassê, menga menga, takula, ngulo mazi, tola branco, tola chinfuca, etc.), recursos minerais (ouro, diamante, fosfato, betume, ferro, pedra calcaria, etc.), recursos não renováveis (petróleo). A fauna é rica em diversidade de animais como gorila, chimpanzé, pacaça, elefante, javali, veado, macaco, entre outros, (IDEM).

2.1.4. Mercado de Trabalho e Produção Interna

O funcionamento do mercado de trabalho é de vital importância para o desempenho de uma economia. Níveis salariais, taxas de emprego e desemprego, desigualdades de renda, incrementos de produtividade, bem como o grau de conflito entre os seus diversos actores, são algumas das variáveis que, sob este enfoque, devem ser levadas em conta, (OLIVEIRA, 2007, P.2).

O Município não dispõe de infra-estruturas que podem proporcionar emprego, porém, há um número ínfimo de populares que se ocupam nas áreas ligadas a Administração Local, Saúde e Educação. Entretanto, as actividades que mais predominam na Comuna proporcionando oportunidades ocupacionais a maior parte da população integra-se no sector primário da economia, com destaque da agricultura, pesca, caça, extração de recursos naturais e no sector terciário, comércio e outros, (RELATÓRIO-DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL, 2023).

O Município produz diversos tipos de produtos na região tal como apresenta o quadro abaixo:

Quadro 2- Produção Interna do Município de Buco-Zau

Nº	Produtos	Época de Colheita	Zonas de maior produção	Preço de Venda
1	Abacates		Comuna de Necuto	1000,00/monte
2	Abacaxi	Todo ano	Toda extensão do Município	700,00/cada
3	Banana		Nas nove (9) Regedorias de Município	1300,00/cacho
4	Batata	Janeiro, Fevereiro e Março	Comuna de Necuto	4500,00/saco
5	Batata Inhami	Janeiro, Fevereiro e Março	Toda extensão do Município	500,00/monte
6	Dedém	Maio à Agosto	Toda extensão do Município	50,00/monte
7	Hortícolas	Junho à Setembro	Comuna de Nhuca	600,00/unidade
8	Safús		Toda Extensão do Município	500/monte

Fonte: Administração Municipal de Buco-Zau, 2023

2.1.5. Situação Económica e Social do Município

No presente sub-epígrafe serão destacadas informações relacionadas à situação económica e Social do Município de Buco-Zau.

2.1.5.1. Situação Económica

A secretária Municipal do Desenvolvimento Económico, constitui o elemento fundamental da criação de estruturas económicas modernas devido a sua influência significativa na estruturação do território e da população, na criação das empresas e empregos.

Segundo os dados obtidos do censo populacional e habitação, relatam que a taxa de desemprego no município de Buco-Zau, ronda em torno dos 19% sendo a população economicamente activa constituída por cerca de 7999 habitantes e desempregada 1449, (INE, RGPH 2014, RESULTADOS DEFINITIVOS).

❖ **Comércio**

No sector de comércio, destaca-se a presença de alguns comerciantes detentores de lojas, cantinas e quiosques que têm feito chegar os bens da primeira necessidade às populações. Entretanto, o município controla 97 comerciantes dos quais 39 legais e 58 ilegais, (RELATÓRIO-DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL, 2023).

❖ **Indústria**

É sabido que a indústria transformadora é uma das três peças fundamentais de um processo sustentado de diversificação de qualquer economia, sendo necessário encontrar-se o modelo certo, a estratégia adequada e as políticas mais eficazes para o seu empoderamento. No município não tem nenhuma indústria transformadora, excepto as serrações que tem como papel de serrar a madeira.

❖ **Agricultura**

A agricultura é um dos sectores de maior importância no mundo e, em muitos países, o sector dominante. A agricultura é também estruturante de modo que os papéis respectivos dos homens dependem igualmente do tipo e da natureza da produção agrícola, (JUNIOR, 2007, P.1).

O tipo de agricultura praticada no Buco-Zau tem sido maioritariamente de subsistência, embora existam algumas iniciativas de cooperativas, mas não satisfazem a demanda e nem é industrializada, (IDEM).

Os munícipes enfrentam dificuldades no processo agrícola, devido as ameaças enfrentados pela invasão dos animais que destroem as plantações. Esta situação força os moradores a praticarem agricultura nas proximidades de suas residências, o que não é ideal e diminui a produtividade.

❖ **Pesca**

O município conta com alguns rios onde são desenvolvidas as práticas pesqueiras como subsistência das comunidades locais, devido à abundância de recursos hídricos, os pescadores locais dependem desses recursos para obter seu sustento, capturando uma

variedade de peixes que são consumidas localmente e também comercializadas em mercados regionais, (IDEM).

❖ **Hotelaria e Turismo**

Dados da secretaria Municipal de Desenvolvimento Económico e Produtivo, apontavam que os serviços de hotelaria do município são prestados por um hotel denominado Nhumba, três pensões: Tá Minguito, Fernando Nkuanga e Martinho Quiyimbo, e ainda estão em construção um hotel e duas pensões.

O turismo é a actividade que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros, (OMT/NU, 2001, P.1). Buco-Zau apresenta condições favoráveis para este sector, uma vez possuindo a floresta de Maiombe considerada como uma das sete maravilhas de Angola, (IDEM).

2.1.5.2. Situação Social

O município de Buco-Zau enfrenta vários problemas de carris social que posteriormente se desdobram e dão origem a outros problemas de natureza económica.

Sendo o desemprego uma realidade presente em localidades sobretudo rurais, onde prevalece o subdesenvolvimento, o município em questão não foge à regra. Um dos problemas sociais identificados na região e que assola grande parte do município é a pobreza que rege nas suas mais variadas vertentes, (RELATÓRIO-DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL, 2023).

❖ **Educação**

De acordo com a secretaria municipal do desenvolvimento económico, relata que o município de Buco-Zau conta com 66 escolas, sendo 60 públicas do ensino primário, 2 escolas comparticipadas, 3 públicas do I ciclo de ensino secundário e uma escola pública de ensino secundário do II ciclo. O desafio de momento no Buco-Zau é levar o ensino médio à comuna de Necuto, já que os alunos que terminaram a 9ª classe ficam impedidos de progredir os estudos, (IDEM).

❖ **Saúde**

O município conta com três hospitais de dimensões médias estando distribuídas na comuna sede, sede do Nhuca e sede do Necuto. Também conta com hospital de grande dimensão regional de Alzira da Fonseca. Para além dos 7 postos de saúdes distribuídos em aldeias.

Controla cerca de 118 trabalhadores, sendo 15 médicos (11 cubanos 2 coreanos e 2 angolanos), (IDEM).

❖ **Água e Energia**

A água utilizada pela maior parte da população do município do Buco-Zau, apresenta os critérios básicos mínimos de consumo. Apesar de uma grande quantidade de água consumida nas zonas provem dos rios e lagoas, o abastecimento da água é feita através de ETA, e os sistemas de abastecimento de água potável não funcional como tal, (RELATÓRIO-DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL, 2023).

❖ **Habitação**

As condições das moradias em Buco-Zau são inadequadas, com muitas casas em estado precário. Há uma necessidade de melhorar a infraestrutura habitacional para garantir uma melhor qualidade de vida para os moradores.

❖ **Telecomunicações e Transporte**

A comunicação no Município de Buco-Zau apresenta um padrão favorável e acessibilidade em diferentes redes até as estrangeiras.

Nota-se que a disponibilidade de meios de comunicação facilita a vida dos turistas como toda população, e estes possuem telefones que os permitem entrar em contacto a qualquer momento.

Na região, encontra-se uma agência da UNITEL que fornece telefones e outros meios de comunicação. E pode se observar um avanço satisfatório na agência de telefonia móvel, (RELATÓRIO-DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL, 2023).

Há carência de infra-estruturas e os proprietários das cargas escoam os seus produtos pelos meios possíveis, a um custo geralmente muito elevado. A EDA não possui um meio de transporte que serviria de apoio para o desenvolvimento das actividades do campo para facilitar os munícipes no sentido de não se deslocarem a custos mais altos para a comuna com maior índice de produção agrícola.

Por não haver meios de transportes públicos que ajudam o escoamento da produção local levando a deterioração rápida dos produtos, o Município tem enfrentado grandes dificuldades no que diz respeito ao transporte. As vias estão em estado precário, dificultando o deslocamento tanto de dentro do município quanto para outras localidades. Esta situação

compromete não só a mobilidade dos munícipes, mas também o acesso a bens e serviços essenciais, (IDEM).

❖ **Educação**

O desemprego é uma questão crítica em Buco-zau. A falta de oportunidades de trabalho afecta negativamente a economia local e a qualidade de vida dos munícipes, necessitando de iniciativas que promovam a criação de empregos e a capacitação profissional.

❖ **Saneamento Básico**

O município enfrenta várias debilidades que incluem acesso à água potável, falta de sistemas de colecta e tratamento de esgoto, disposição inadequada de resíduos sólidos e falta de controle de vetores de doenças. Para melhorar a situação, seriam necessários investimentos em infra-estruturas, políticas públicas eficazes e educação da sobre práticas de higiene e saneamento, (RELATÓRIO-DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL, 2023).

2.1.6. Dificuldades Vividas pelos Munícipes

De acordo com a pesquisa de campo, o município de Buco-Zau enfrenta uma série de desafios que impactam directamente a qualidade de vida de seus habitantes. Apesar de algumas melhorias em certas áreas, ainda persistem dificuldades comprometendo o desenvolvimento socioeconómico da região.

❖ **Acesso a Bens e Serviços**

A aquisição de bens e serviços no município é um desafio constante. A falta de infraestruturas adequada e a precaridade dos serviços oferecidos dificultam a vida dos cidadãos. Há apenas dois serviços bancários e um ATM fixo, o que complica especialmente durante os finais de mês, quando a demanda por serviços financeiros aumenta.

A situação de água potável no município é crítica. A escassez de água potável compromete a saúde pública e a higiene, sendo uma das principais preocupações dos moradores. A resolução deste problema é vital para garantir a sobrevivência e o bem-estar da população. Quanto à saúde no município encontra-se relativamente normalizada, além do hospital municipal que não é suficiente para aguentar a demanda, o hospital Alzira da Fonseca encontra-se reabilitado que atende parte das necessidades da população. Apesar das melhorias, ainda há limitações na capacidade do hospital de fornecer cuidados abrangentes, indicando a necessidade de mais investimento e recursos. O sector educacional encontra-se normalizado, conseguindo atender parte das necessidades da população, embora haja a

necessidade de investimento nessa área para dinamizar este sector sendo um dos pilares para o desenvolvimento de qualquer localidade.

❖ **Agricultura**

As actividades agrícolas são essenciais para a subsistência da população de Buco-Zau, mas estão ameaçadas pela invasão de animais que destroem as plantações. Esta situação força os moradores a praticarem agricultura nas proximidades de suas residências, o que não é ideal e reduz a produtividade.

❖ **Habitação**

As condições das moradias em Buco-Zau são inadequadas, com muitas casas em estado precário. Há uma necessidade de melhorar a infraestrutura habitacional para garantir uma melhor qualidade de vida para os moradores.

❖ **Transporte**

A população enfrenta sérias dificuldades no que diz respeito ao transporte. As vias estão em estado precário, dificultando o deslocamento tanto dentro do município quanto para outras localidades. Esta situação compromete não só a mobilidade dos munícipes, mas também o acesso a bens e serviços essenciais.

❖ **Emprego**

O desemprego é uma questão crítica em Buco-zau. A falta de oportunidades de trabalho afecta negativamente a economia local e a qualidade de vida dos munícipes, necessitando de iniciativas que promovam a criação de empregos e a capacitação profissional.

2.2. Descrição do Programa Kwenda

O Programa Kwenda é Dirigido por uma Comissão Intersectorial, coordenada pela Ministra do Estado para a Área Social, coadjuvada pelos Ministros da Acção Social, Família e Promoção da Mulher e da Administração do Território, implementado pelo Instituto de desenvolvimento Local – FAS, agência governamental, doptada de personalidade jurídica, autonomia financeira e promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades, (RELATÓRIO ANUAL DO PROGRAMA KWENDA, 2022, P.9).

Com foco inicial nas zonas urbanas e visando preparar o país para o fim dos subsídios aos combustíveis, foi redireccionado ainda em 2020 para agregados pobres e vulneráveis de zonas rurais para responder às necessidades da pobreza extrema e aumentar a capacidade aquisitiva e financeira das famílias, fornecendo apoio em renda e meios de produção a famílias pobres.

Desenhado para ser implementado em quatro anos entre (Julho 2019 – Outubro 2023), está em aprovação uma extensão do seu período de execução até Outubro de 2024. O período de extensão visa continuar a promover medidas de protecção social em grupos em situação de vulnerabilidade, alargando deste modo a sua abrangência geográfica e testar modelos de implementação em zonas urbanas. O Programa conta com um financiamento de 420 milhões de dólares americanos, dos quais 320 milhões provenientes de um crédito do Banco Mundial e 100 milhões do Governo de Angola, prevê neste período, beneficiar 1.608.000 agregados familiares através da implementação de quatro componentes, (RELATÓRIO ANUAL DO PROGRAMA KWENDA, 2022, P.9):

Componente 1: Transferências Sociais Monetárias (TSM)

Componente 2: Inclusão Produtiva (IP)

Componente 3: Municipalização da Acção Social (MAS)

Componente 4: Cadastro Social Único (CSU)

❖ **Transferências Sociais Monetárias**

As transferências sociais monetárias dizem respeito a programas de transferências ou prestações sociais não contributivas, regulares ou únicas, geralmente destinadas a pessoas em condição de pobreza e vulnerabilidade a choques socioeconómicos, ambientais, demográficos ou mesmo jurídico-legais e que integram o sistema de protecção social. Elas são instrumentos complementares da política de protecção social e podem assumir a forma de vouchers, dinheiro por trabalho, de modo condicionado ou não, sendo esta última a modalidade adaptada pelo Programa Kwenda, isso é, não se exige qualquer contraprestação ao beneficiário, (RELATÓRIO ANUAL DO PROGRAMA KWENDA, 2022, P.9).

❖ **Inclusão Produtiva**

A componente inclusão produtiva, trata-se da inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade económica no mundo do trabalho, diminuindo a sua exclusão social e aumentando a produtividade do país. É um tema cada vez mais presente no âmbito internacional e nas acções governamentais e de organizações da sociedade civil, na medida em que o aumento do nível de renda pela via do trabalho é fundamental para a redução de pobreza e da exclusão social.

A Inclusão Produtiva reveste diferentes formas, a mais conhecida é a da inserção no mercado de trabalho. O Kwenda promove programas e projectos, cujas actividades principais são o suporte dos grupos de pessoas vulneráveis, sobretudo mulheres e jovens, para o início de

uma actividade geradora de algum rendimento ou suporte a uma actividade produtiva (agricultura, pesca, criação de animais, produção de mel, caixas comunitárias, transformação de produtos e formação em competências profissionais diversas).

As actividades de Inclusão Produtiva asseguram e ajudam os beneficiários a melhorar as suas condições socioeconómicas. É desejável que as TSM sejam, por isso, acompanhadas de um conjunto integrado de medidas de inclusão produtiva destinadas a avaliar vários constrangimentos que impendem os pobres de aumentar as suas actividades económicas, (RELATÓRIO ANUAL DO PROGRAMA KWENDA, 2022, P.9).

❖ **Municipalização da Acção Social**

A componente de Municipalização da Acção Social tem como objectivo principal reforçar a protecção social das famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade, desenvolvendo acções de prevenção de risco social, protecção e promoção da inclusão social nos municípios, no âmbito de acções de investimento continuado em capital humano. Ela visa a aproximação dos serviços sociais básicos às comunidades através de um leque de acções que incluem formação e informação no âmbito da prevenção de riscos sociais, assim como encaminhamento e solução de situações de vulnerabilidade social no âmbito da protecção e da promoção, (RELATÓRIO ANUAL DO PROGRAMA KWENDA, 2022, P.9).

❖ **Cadastro Social Único**

O Kwenda pretende fortalecer o Cadastro Social Único (CSU), que foi instituído pelo Decreto Presidencial 136/19 de 5 de Maio. Pretende-se que seja um instrumento nacional de admissão, divulgação e disseminação de potencial elegibilidade para todos os programas da acção social a nível nacional, evitando a duplicação de respostas.

O CSU para cumprir integralmente a função indicada no Decreto da sua criação, necessita de uma plataforma interconectada a diferentes sistemas de informação sobre protecção social em distintos locais e instituições, com base uma linguagem comum, (IDEM).

2.2.1. Programa Kwenda no Município de Buco – Zau

O sistema fiscal de um estado consiste em um balanço entre receitas e despesas. As receitas são maioritariamente geradas por meio de impostos, enquanto as despesas incluem, entre outras, as transferências públicas.

As transferências do Estado às famílias são pagamentos directos ou indirectos feitos pelo governo para indivíduos ou famílias sem que haja uma contrapartida de trabalho ou serviços. Esses pagamentos são projectados para atingir diversos objectivos sociais e económicos.

Essas transferências são de diferentes formas, como directas que podem incluir: transferências sociais monetárias, bolsas de estudos, subsídios de desempregos, pensões e aposentadoria e, indirecta que incluem: subsídios a serviços públicos, programa de educação e saúde gratuito, (ROMER, 2011, P.14).

De acordo com a secretaria municipal da acção social, antigos combatentes, turismo, cultura, juventude e desporto e, o responsável do kwenda em cabinda, o programa kwenda tem como objectivo principal mitigar o impacto da pobreza e vulnerabilidade que afecta uma grande maioria dos agregados familiares do país, proporcionando melhores condições de vida a essas famílias, alcançando um vasto número de indivíduos em situação de risco. Para se tornar elegível a receber assistência do programa, uma família deve estar em condição de comprovada ausência ou insuficiência de meios de subsistência e vulnerabilidade extrema, assim sendo, são elegíveis a receberem as transferências sociais monetárias, mães chefes de famílias, viúvas, idosos, pessoas com deficiência, albinismo, mulheres e raparigas em situação de vulnerabilidade, incluindo mães solteiras e vítimas de violências. A implementação do programa é feita como o apoio de diversas entidades, como administrações municipais, coordenações de bairro/aldeias e igrejas, que actuam como parceiros fundamentais para a execução eficaz das acções propostas.

A avaliação da qualidade de vida das famílias beneficiárias no Município de Buco – Zau antes e depois de receberem as transferências mostra um balanço positivo. Muitas famílias no município conseguiram aumentar seu poder de compra, criaram pequenos negócios, supriram necessidades como serviços públicos voltadas a saúde, educação e habitação, o que indica uma melhoria significativa nas suas condições de vida. No município de Buco – Zau, o valor transferido pelo programa é de 25.500 kz trimestralmente, com a possibilidade de um pagamento de seis meses na primeira prestação, totalizando 51.000 kz e o pagamento total das transferências sociais e de 102.000kz. Esses valores têm sido cruciais para auxiliar as famílias a enfrentar suas dificuldades financeiras, permitindo-lhes alcançar uma estabilidade económica e social maior.

2.2.2. Análise de Dados e Interpretação dos Resultados

Tendo em conta o tema em estudo, elaborou-se questionários dirigida as famílias beneficiárias, com objectivo de analisar o contributo das transferências sociais monetárias do programa kwenda no Município do Buco – Zau.

O universo de estudo está constituído por um total de 3.973 beneficiários no município de Buco-Zau, destes tomou-se uma amostra de 381 beneficiários (45 homens e 336 mulheres). Para procedermos com a análise e interpretação dos resultados vamos apresentar o perfil dos beneficiários.

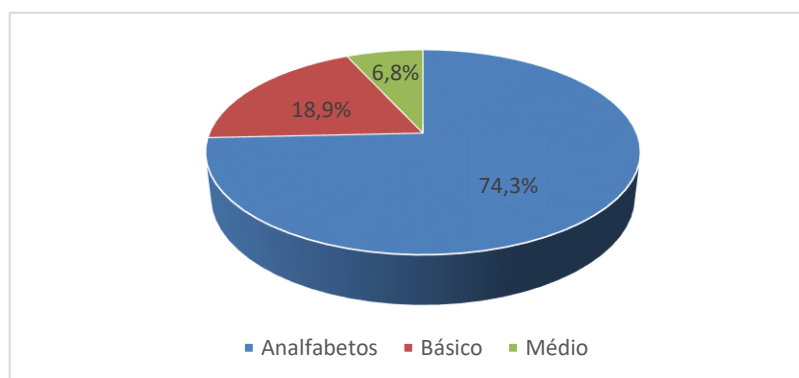
Tabela 01: Distribuição dos Beneficiários por género e Faixa etária

ITEM	GÉNERO				TOTAL	
	MASCULINO		FEMININO		Freq	%
	Freq	%	Freq	%		
18 à 34 anos	-	-	85	22,3	85	22,3
35 à 45 anos	25	6,6	86	22,6	111	29,2
Mais de 45 anos	20	5,2	165	43,3	185	48,5
Total	45	11,8	336	88,2	381	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

Com relação ao género, a tabela 01 mostra que 88,2% dos beneficiários são do género feminino e, 11,8% do género masculino, essa grande diferença é explicada por causa da maior parte dos beneficiários serem mulheres e, também pela maior presença da vulnerabilidade que está ligada ao género feminino, com maior incidência a mães chefes de família, viúvas e idosas, nota-se também que há maior vulnerabilidade na faixa etária dos 45 anos em diante.

Gráfico 01: Nível Académico



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

No gráfico 01 podemos constatar que no município de Buco-Zau, 74,3% dos beneficiários são analfabetos, 18,9% têm o ensino de base e apenas 6,8% dos beneficiários têm o ensino médio concluído.

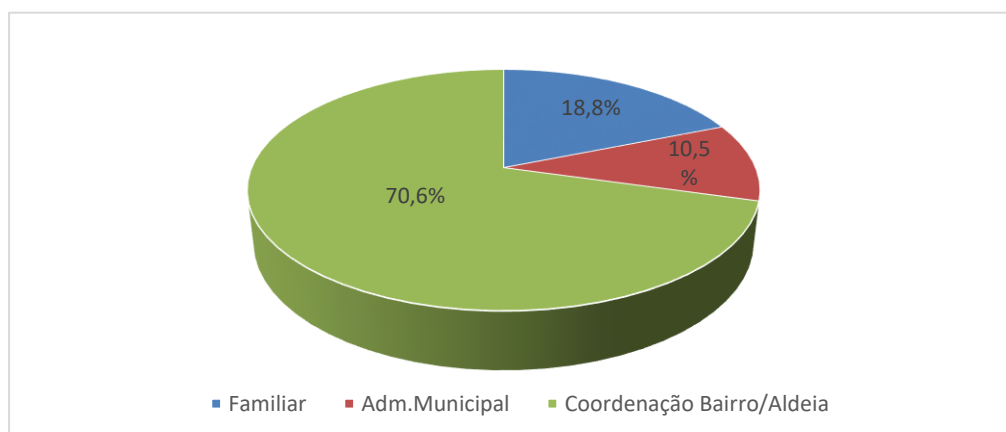
Tabela 03: Agregado Familiar

Agregado Familiar	GÊNERO				TOTAL	
	MASCULINO		FEMININO			
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
0 à 2 Filhos	8	2,1	63	16,5	71	18,6
De 3 à 5 Filhos	23	6,1	140	36,7	163	42,8
Mais de 6 Filhos	14	3,7	133	34,9	147	38,6
Total	45	11,8	336	88,2	381	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

Com relação ao agregado familiar, a tabela 03 mostra uma maior incidência aos beneficiários com 3 à 5 filhos com 42,8%, 38,6% dos beneficiários com mais de 6 filhos e 18,6% com 0 à 2 filhos.

Gráfico 02: Canal de Divulgação do kwenda



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

O gráfico 02 ilustra que 70,6% dos beneficiários ficaram a saber sobre o programa através das coordenações dos Bairros/Aldeias, sendo que 10,5% tomaram conhecimento sobre o mesmo programa por intermédio da Administração Municipal e 18,8% tomaram o conhecimento através dos seus familiares.

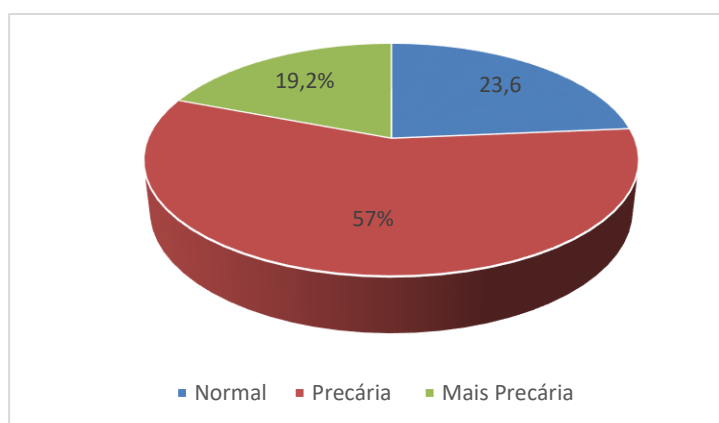
Tabela 04: Dúvidas sobre o Kwenda

Respostas	GÊNERO				TOTAL	
	MASCULINO		FEMININO			
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Sim	45	11,8	336	88,2	381	100
Não	-	-	-	-	-	-
Total	45	11,8	336	88,2	381	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

A tabela 04 mostra que 100% dos beneficiários tinham dúvidas sobre o que era o kwenda antes da sua implementação, porque para a população era uma novidade, facto esse que levantou muitas dúvidas antes de serem efectuado os primeiros pagamentos das transferências sociais monetárias.

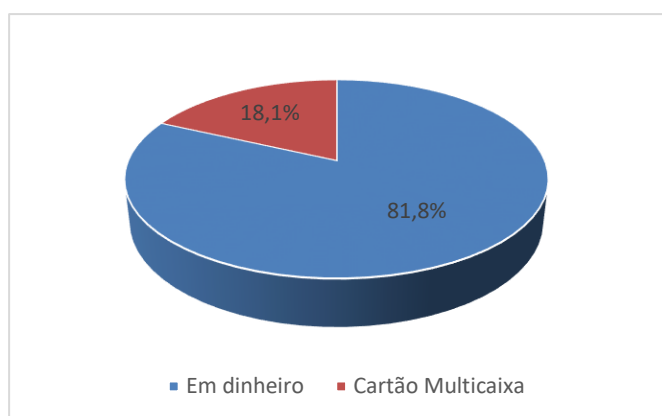
Gráfico 03: Situação financeira dos beneficiários



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

Com relação ao gráfico 03 podemos constatar que antes dos beneficiários receberem as transferências sociais monetárias, 23,6% tinham uma situação financeira normalizada, enquanto que 57% dos beneficiários tinham uma situação financeira precária e 19,2% dos beneficiários viviam com uma situação financeira mais precária ainda.

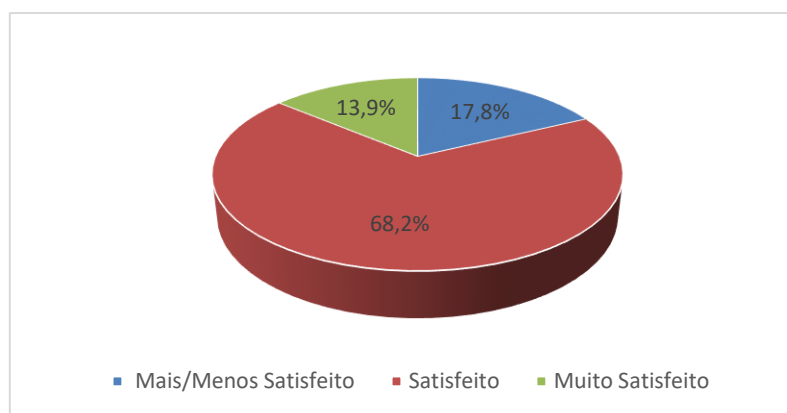
Gráfico 04: Forma de pagamento



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

O gráfico 04, mostra a forma de pagamento das transferências monetárias, sendo que 81,8% com dinheiro e 18,1% com cartão multicaixa. Essa alta percentagem de pagamentos com dinheiro é explicado devido ao facto da maior parte dos beneficiários serem idosos e o que facilitaria na utilização do dinheiro.

Gráfico 05: Avaliação da Satisfação



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

Depois do pagamento as famílias beneficiárias, o gráfico 05 ilustra que 68,2% dos beneficiários sentiram-se satisfeito com os pagamentos efectuado, enquanto que 17,8% sentiram-se mais ou menos satisfeitos e 13,9% dos beneficiários sentiram-se muito satisfeito.

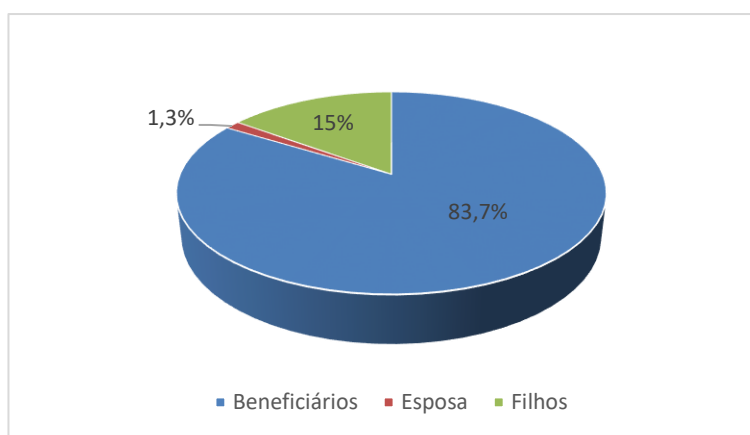
Tabela 05: Como os beneficiários utilizaram o dinheiro

Respostas	GÉNERO				TOTAL	
	MASCULINO		FEMININO			
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Despesas com Alimentos	14	3,7	105	27,6	119	31,3
Despesas para Bem Estar e Utensílios	12	3,1	150	39,4	162	42,5
Despesas em Serviços Públicos	19	4,9	81	21,3	100	26,2
Total	45	11,8	336	88,2	381	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

A tabela 05 ilustra que após o pagamento aos beneficiários, 26,2% destinaram os seus gastos a despesas em serviços público, enquanto que 42,5% dos beneficiários tiveram as suas despesas alocadas para bem-estar e utensílios e, 31,3% destinaram as suas despesas para alimentação.

Gráfico 06: Decisão sobre uso de Dinheiro



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

No gráfico 06, expõe que aproximadamente metade dos beneficiários tomaram decisão própria na utilização do dinheiro, ao passo que 15% das decisões foram tomadas pelos filhos e 1,3% pelas esposas.

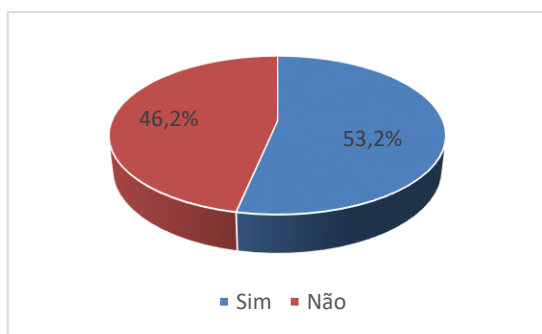
Tabela 06: Rendimento

Respostas	GÉNERO				TOTAL	
	MASCULINO		FEMININO			
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Sim	33	8,7	281	73,6	314	82,3
Não	12	3,1	55	14,4	67	17,5
Total	45	11,8	336	88	381	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

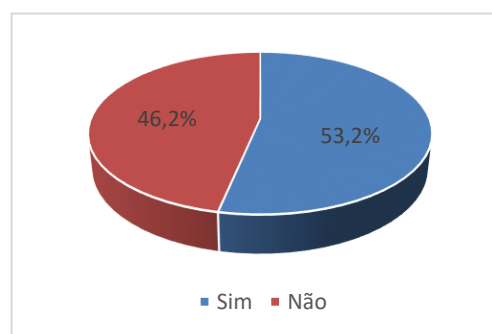
De acordo com a tabela 06, 82,3% dos beneficiários responderam sim ao questionário dizendo que o rendimento tem sido suficiente para suprir as suas despesas com alimentação, serviços públicos e bem-estar e utensílios, enquanto que 17,5% dos inquiridos responderam não, dizendo que o rendimento não tem sido suficiente.

Gráfico 07: Poupança dos beneficiários



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

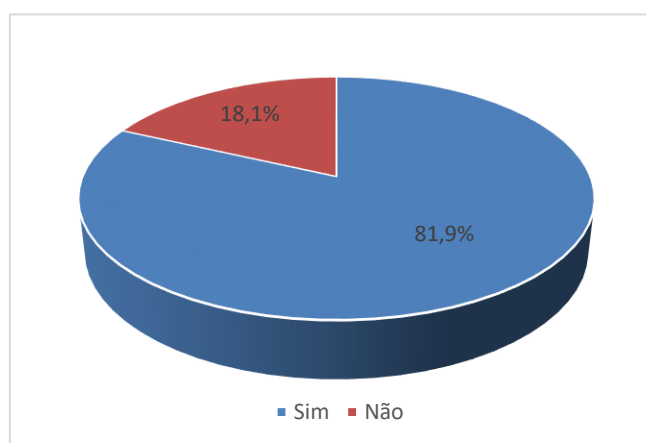
Gráfico 08: Negócio dos beneficiários



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

O comportamento dos beneficiários foi dividido em duas partes, primeiro avaliando a capacidade dos beneficiários relativamente a poupança feita depois de receberem as transferências sociais monetárias e, a segunda, verificar se os beneficiários foram capazes de abrir um negócio. O gráfico 07 mostra que 53,2% dos beneficiários conseguiram fazer uma poupança, enquanto que 46,2% não foram capazes. Relativamente ao gráfico 08, conseguiu-se notar que, 53,2% das famílias depois de terem criado as poupanças, conseguiram abrir negócios, enquanto que 46,2% dos beneficiários não o fizeram.

Gráfico 09: Satisfação Geral



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

Após as perguntas que visavam avaliar se os beneficiários foram capazes de fazer poupança e, posteriormente criarem os seus negócios, uma última questão foi feita para verificar a satisfação geral dos beneficiários. De acordo com o gráfico 09, podemos notar que 81,9% dos beneficiários responderam de forma positiva, dizendo sim, que as transferências sociais monetárias recebidas, impactou significativamente na melhoria da qualidade de suas vidas e, 18,1% dos beneficiários responderam de forma negativa dizendo que não.

2.3. Contributo do Programa Kwenda na Melhoria da Qualidade de Vida da População do Município de Buco-Zau

As políticas públicas voltadas ao programa kwenda têm sido amplamente reconhecidas como uma ferramenta eficaz para combater a pobreza e melhorar a qualidade de vida das populações vulneráveis. No município de Buco-Zau, o programa representa uma esperança para muitas famílias que lutam diariamente para sobreviver. Assim sendo, o contributo das políticas públicas do programa kwenda na melhoria da qualidade de vida da população do município de Buco-Zau reside em:

a) Aumento do Poder de Compra

Aumento do poder de compra, refere-se à quantidade de bens e serviços que podem ser adquiridos com uma determinada quantidade de moeda, (SAMUELSON & NORDHAUS, 2009, P.15).

As transferências sociais monetárias do programa kwenda, têm um impacto directo no aumento do poder de compra das famílias, constatado na (tabela nº 05) 31,3% dos beneficiários em Buco-Zau com o auxílio financeiro, destinaram os gastos para alimentação,

42,5% gastos com bem-estar e utensílios e 26,2% com gastos em serviços públicos, melhorando assim suas condições de vida e reduzindo a vulnerabilidade económica.

b) Diminuição da Pobreza

A diminuição da pobreza refere-se à redução do número de pessoas vivendo em condições de extrema pobreza, onde são incapazes de satisfazer necessidades básicas como alimentação, habitação, educação e saúde. Esse processo envolve o aumento da renda, melhoria no acesso a serviços básicos e a implementação de políticas económicas e sociais eficazes, (TODARO & SMITH 2015, P.23).

A diminuição da pobreza é um dos objectivos centrais do programa kwenda. As transferências sociais fornecem uma renda adicional que permite às famílias beneficiárias atender suas necessidades básicas, como alimentação, saúde e educação, 82,3% (tabela nº 06) dos beneficiários relatam que o rendimento tem sido suficiente, 81,9% (gráfico nº09) sentiram melhoria significativa em suas vidas.

c) Criação de Pequenos Negócios

A criação de pequenos negócios refere-se ao processo de criação e administração de uma atividade económica de pequena escala que pode ser conduzida como um empreendimento individual. Isso pode incluir trabalhadores autônomos, ou pequenos empreendedores que oferecem produtos ou serviços, (SCHILLER, 2016, P.120).

O programa kwenda na sua componente de transferências sociais monetárias têm incentivado a criação de pequenos negócios em Buco-Zau. 53,2% (gráfico nº 08) das famílias beneficiadas utilizam o auxílio financeiro como capital inicial para iniciar pequenos negócios, gerando renda e promovendo a sustentabilidade económica. Esses novos negócios não apenas melhoram a condição financeira das famílias, mas também contribuem para o desenvolvimento económico local.

CONCLUSÃO

Para concluir o presente trabalho, tendo em conta o tema em estudo, o problema e dos objectivos levantado, vale relembrar que as políticas públicas voltadas para o programa kwenda têm como objectivo mitigar o impacto da pobreza e vulnerabilidade, que afecta uma grande maioria dos agregados familiares do país, a fim de proporcionar melhores condições de vida ás mesmas. Depois da análise feita, conclui-se que:

- O programa kwenda tem como objectivo principal mitigar o impacto da pobreza e vulnerabilidade que afecta uma grande maioria dos agregados familiares do país, proporcionando melhores condições de vida a essas famílias, alcançando um vasto número de indivíduos em situação de risco. Para se tornar elegível a receber assistência do programa, uma família deve estar em condição de comprovada ausência ou insuficiência de meios de subsistência e vulnerabilidade extrema, assim sendo, são elegíveis a receberem as transferências sociais monetárias, mães chefes de famílias, viúvas, idosos, pessoas com deficiência, albinismo, mulheres e raparigas em situação de vulnerabilidade, incluindo mães solteiras e vítimas de violências.
- A faixa etária com maior número de beneficiários está inserida num intervalo de 45 anos em diante (tabela nº 01) e 18,9% dos beneficiários tem apenas o ensino de base (tabela nº 01).
- Antes do programa, 57% (gráfico nº 03) dos beneficiários tinham uma situação financeira precária. Após o recebimento das transferências, houve uma melhoria significativa, com 68,2% (gráfico nº 05) relatando satisfação com os pagamentos e 83,2% (tabela nº 06) afirmando que o rendimento foi suficiente para cobrir despesas básicas. E ao que se refere a questões de poupança 53,2% (gráfico nº 07) conseguiram criar poupança e posteriormente abriram os seus negócios correspondendo a 53,2% (gráfico nº 08).
- Quanto a satisfação dos beneficiários de modo geral 81,9% (gráfico nº 09) sentiram uma melhoria significativa em suas vidas, comparando relativamente antes de receberem as primeiras transferências sociais monetárias.
- Apesar dos munícipes viverem ainda muitas dificuldades de ordem económica e social, o programa kwenda, na sua componente de transferências sociais monetárias, tem sim contribuído na redução da pobreza e vulnerabilidade, por permitir que os beneficiários através do rendimento recebido aumentem o seu poder de compra, abrirem os seus negócios e suprir as necessidades básicas, confirmando assim a hipótese.

SUGESTÕES

Um estudo contribui de forma significativa para a sociedade se o mesmo for aplicado. Assim, a luz da conclusão e da problemática que foi apresentado sugere-se o seguinte:

- Que o governo continue adoptar programas de protecção social, para além do Kwenda, visto que o mesmo tem contribuído para redução da pobreza e municipalização da acção social;
- Que o FAS estabeleça um convenio com vários Bancos, não apenas com um, conforme aconteça agora, para facilitar o registo dos beneficiários;
- Criação de um gabinete de representação do FAS a nível do Município, para facilitar a interação com os munícipes;

Dificuldades Encontradas

Durante a elaboração do presente trabalho, encontrou-se algumas dificuldades tais como:

- Dificuldade de acesso ao campo de estudo devido a péssima condição das estradas;
- Dificuldade de acesso em residência dos beneficiários;
- Desconfiança por parte dos beneficiários;
- Indisponibilidade de alguns beneficiários para responder ao questionário elaborado ou aplicado;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BUCO-ZAU, Relatório-Diagnóstico da Situação Administrativa Económica e Social do Município de Buco-Zau, 2022-2023.

BARROS, A. J., &Lehfeld, N. A. (2007). Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Pearson Education.

BARQUERO, A. V. Política Económica Local, Editora Pirâmide, Madrid, 1993.

BEUREN, I. (2013). Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade. São Paulo: Atlas S.A.

BONETI, L. Políticas Públicas por Dentro. 1ª ed. Cidade Autónoma de Buenos Aires, 2017.

BUARQUE, S. C. Metodologia de Planeamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável, in: Projecto de Cooperação Técnica INCRA/II CA Brasília, 1999.

CERVO, A. L., Bervian, P. A., & Silva, R. D. & (2007). Metodologia Científica. São Paulo: Pearson Education.

COSTA, José et al. Compêndio da Economia Regional Volume I Teorias, Temáticas, Políticas, Principia Editora, Cascais, 2009.

DIAS, C & Matos, S. O coneito de Política Pública, 2008.

FEIJÓ, C. P. C., Direito Administrativo, 4ª ed. Mayamba Editora, Luanda.

FERNANDES, R., Impacto Locais e Regionais da Universidade do Porto, 2007,92 f. Tese (Mestrado em Econoimia) Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Porto 2007

GIL, A. C: Métodos e técnicas de pesquisa. 6ªed. São Paulo: Atlas, 2008.

MABIALA, F. A. Material de Apoio de Introdução à Economia 12ª Classe, 2019.

MARCONI, M. D., & Lakatos, E. M. (2007). Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Atlas S.A.

MELO, J. P. Barbosa. A Problemática e as Políticas de Desenvolvimento Local. Vol.1. 2009.

MUANDA, Guimbi, Cerilo. Implementação das Autarquias Locais e sua Influência no Desenvolvimento Local em Angola: Desafios e Perspectivas. Cabinda. Faculdade de Economia – Universidade 11 de Novembro, 2018. Monografia.

PRODANOV, C. Cristiano, De Freitas, E. César. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico, 2ª Ed. Editora Fevale, Brasil, 2013.

RODRIGUES, L. S. S., Municipalismo e Desenvolvimento Local, 2015. 100 f. Monografia (Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais) – Universidade do Mindelo, Mindelo. 2015.

ROMER, D., Macroeconomia Avançada, (2011).

ROMERO, J. P., Desenvolvimento Econômico e Mudanças Estruturais: Teoria e Evidência a partir de um Enfoque Multi-Setorial, Belo Horizonte, MG. UFMG/CEDEPLAR.2011.

SAMUELSON, P. A., & Nordhaus, W. D. (2009). Economia. McGraw-Hill Education.

SCHILLER, B. R. (2016). Economia da Pobreza e da Discriminação. Routledge. Routledge

TAMO, K. (2012). Metodologia de Investigação em Ciências Sociais. Luanda, Angola: CAPATÊ.

TOMAZZONI, E. L. Teorias do Desenvolvimento Económico. Caxias do Sul – RS: EDUCS, 2008.

TODARO, M. P., & Smith, S. C. (2015). Economia do Desenvolvimento. Boston: Pearson.

VITTE, C. C. S., A Qualidade de Vida Urbana e Sua Dimensão subjectiva: Uma contribuição ao Debate sobre Políticas Públicas e a Cidade (pp 89-110) In: VITTE, C. C. S., KEINERT, T. M. M., Qualidade de Vida, Planejamento e Gestão Urbana: Discussões teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

Documentos Electrónicos

ALMEIDA, G.F.I. Desigualdades e Políticas Públicas de Habitação no Brasil. Faculdade de Ciências Econômicas- Universidade Federal da Bahia, 2011. Dissertação. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/8907/1/Isaura%2520Almeida.pdf>. Acesso em: 25 de Setembro de 2023

Esping-Andersen, G. Os três mundos do capitalismo de bem-estar, 1990, Disponível em: <https://pagotto.files.wordpress.com/2018/05/the-three-worlds-of-welfare-capitalism-1990.pdf>, acessado em : 26 de Outubro de 2022

ANDRADE, O. E. et al. Índice de Desenvolvimento em Saúde: Conscientização e Reflexões sobre sua Necessidade. Rev assoc med bras, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ramb/a/RQBGf9wZy3fgTsBZcYBqygr/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em: 30 de Setembro de 2023

MARGUTI, B, O. E. Políticas de habitação, Brasília, 2011. Disponível em:

https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/180529_a_nova_agenda_urbana_e_o_brasil_cap08.pdf. acesso em: 16 de Outubro de 2023

BRAGA et al. Gestão Eficiente da educação e índice de desenvolvimento humano, 2006.

Disponível em:

https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA19_ID10249_09092018214643.pdf .Acesso em: 18 de Outubro de 2023

BRESSER-PERREIRA, C.L., O conceito historico de desenvolvimnto economico.

Disponível em:

<https://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>

. Acesso em: 22 de Outubro de 2023

DALBERTO, R. C et al. Índice de desenvolvimento humano eficiente: uma mensuração alternativa do bem-estar das nações , 2015. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6009/1/PPE_v45_n02_%c3%8dndice_de_Desenvolvimento_Humano.pdf. Acesso em: 29 de Outubro de 2023

DUARTE et al. Proteção Social e Política Publica para populações vulneráveis: uma avaliação do benefício de prestação continuada da assistencia social - BPC no Brasil. Ciencia

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/sjNbw8MRCd5R9LzHQpH7RDC/>. Acesso em: 06 de Novembro de 2023

Fiszbein, A.,& Schady, N. Transferências Condicionais de Dinheiro: Reduzindo a Pobreza Presente e Futura. 2009. disponível em:

<https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/57662378-4c03-5324-987c-39cab33bd4dc/content>. acesso em: 27 de Novembro de 2023

GALLO, D., & BESSA, E., Qualidade de Vida Urbana como Política: o movimento cidades saudáveis. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v. 04, n. 27, 2016.

GOMES, F.D., & ELIAS, S.T.F. Políticas Publicas de Assistencia Social para Populacao e,m situação de rua: Análise Documental, Brasil, 2016. Disponível em:

https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/40368/ve_Dalila_Fernandes_etal.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 14 de Novembro de 2023

HEDU, M.B., & Liedholm, M. Educação e estado de bem-estar social: Os quatro mundos da produção de competências

https://www.researchgate.net/publication/238429103_Education_and_the_welfare_state_The_four_worlds_of_competence_production. acesso em: 10 de Novembro de 2023

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – RGPH, Resultados Definitivos, 2014. Disponível em: <https://censo.ine.gov.ao/wp-content/uploads/2024/02/Angola-2014-Census.pdf> . Acesso em: 22 de Novembro de 2023

KISS, S. C. Rita., Políticas Públicas Educacionais: uma reflexão sobre sua importância para a qualidade da educação. Vol. 1, Editora Científica Digital, 2022. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/220609158.pdf>. Acesso em: 01 de Dezembro de 2023

LUCCHESI, P., Políticas Públicas em Saúde Pública, São Paulo, 2004. Disponível em: https://www.professores.uff.br/jorge/wpcontent/uploads/sites/141/2017/10/polit_intro.pdf. Acesso em: 17 de Dezembro de 2023

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (2018 – 2022) Plano de Desenvolvimento Nacional. Disponível em: <https://www.minfin.gov.ao/PortalMinfin>. Acesso em: 08 de Setembro de 2023

QUEIROZ det et al. Qualidade de Vida e políticas públicas no município de Feira de Santana, 2004. disponível em <https://www.scielo.br/j/csc/a/QRZXp8T5NjD4MCBFPnvDnHQ/?format=pdf&lang=pt>. acesso em: 03 de Novembro de 2023

RELATÓRIO ANUAL DO PROGRAMA KWENDA, 2022. Disponível em: <https://fasangola.com/programas/kwenda/>. Acesso em: 03 de Janeiro de 2024

ROCHA, L.L.A.S.M. Políticas Públicas na Educação: Que caminho estamos seguindo?, Editora Inovar, Brasil, 2019. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/586237/2/Livro%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20que%20caminho%20estamos%20seguindo.pdf>. Acesso em: 29 de Dezembro de 2023

ROSA, L.G.L., de et al. Políticas Públicas, 1ª Ed. Editora Jacarta, Brasil, 2021. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/353083373_Politiclas_Publicas_-_Introducao.

acesso em: 26 de Outubro de 2023

ROSSINI et al, Politicas Publicas Sociais e Desenvolvimento: Tecendo Relações, 2006. Disponível:

<https://www.passeidireto.com/arquivo/93829284/politicas-publicas-sociais-e-desenvolvimento-tecendo-relacoes>. acesso em: 16 de Outubro de 2023

ROSSINHOLI, Marisa. Politicas Publicas e Desenvolvimento Economico: Uma relação fundamental. ARGUMENTUM - Revista de Direito. Disponível em:

<http://ojs.unimar.br/index.php/revistaargumentum/article/view/1090/684>. acesso em: 09 de Outubro de 2023

SOUZA, C. Politicas Publicas: Conceitos, Tipologias e Sub - Áreas, São Paulo, Brasil. Disponível em:

<https://www.doccity.com/pt/politicas-publicas-tipologias-e-conceitos/8424849/>. acesso em: 08 de Novembro de 2023

SOUZA, G.J., & SPINOLA, D. N. ~Medidas do Desenvolivmento Economico. Revista de desenvolvimento Economico, 2017. disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/331056564_MEDIDAS_DO_DESENVOLVIMENTO_ECONOMICO. acesso em: 21 de Outubro de 2023

SOARES et al. Avaliando o impacto do bolsa família no brasil: Programas de transferência de renda em perspectiva comparativa. 2010. disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/236726233_Evaluating_the_Impact_of_Brazil's_Bolsa_Familia_Cash_Transfer_Programs_in_Comparative_Perspective. acesso em: 04 de Novembro de 2023

SWINBURN, et all. Desenvolvimento Económico Local: Um Manual Para a Implementação de Estratégias para o Desenvolvimento Económico Local e Planos de Acção. 2006, disponível em: <http://siteresources.worldbank.org>. Acesso em 08/02/2024.

OLIVEIRA, S. R., Mercado de Trabalho: Múltiplos (des) entendimentos, 2007, disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 08/02/2024

APÊNDICES

ANEXOS